



**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Declaro iniciada a 8ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Sra. Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, que nos enobrece com sua presença à Mesa. S.Exa. irá discorrer sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, Projeto de Lei nº 4, de 2023, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Eu vou pedir um pouco de silêncio, de compreensão àqueles que estão aqui, com muita alegria, participando deste momento tão importante.

Também compõem a Mesa o Sr. Paulo Bijos, Secretário de Orçamento Federal, e o Deputado Danilo Forte, do União Brasil do Ceará, colega Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Informo ainda que a reunião ocorre de forma semipresencial. Pode haver Parlamentares presentes no plenário e Parlamentares participando de forma virtual, através da plataforma Zoom.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os senhores convidados disporão de até 30 minutos para fazer a exposição.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor ou a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Para facilitar a condução do debate, eu proponho que a Ministra responda a blocos de questionamentos de quatro oradores inscritos.

Informo ainda que a lista de inscrição para o debate já está aberta.



Antes de passar a palavra à Ministra, também gostaria de comunicar que a audiência pública de hoje inicia o trâmite oficial do Projeto de LDO na Comissão Mista de Orçamento. Esse atraso se deu por motivos alheios à nossa vontade, por conta da espera da aprovação do novo arcabouço fiscal, que impacta diretamente no conteúdo da lei.

Apesar disso, é importante destacar que o Relator, Deputado Danilo, já vem trabalhando na proposição nos últimos meses, tendo definido, por exemplo, a realização de audiências públicas em diversos Estados para enriquecer o debate em torno da matéria. Assim, a espera pelo arcabouço fiscal não deverá gerar nenhum prejuízo para a apreciação da matéria, no âmbito da Comissão.

Vale lembrar que amanhã, 31 de agosto de 2023, serão encaminhados ao Congresso os projetos de lei do PPA e da LOA, de modo que as três leis orçamentárias tramitarão simultaneamente. Apesar disso, esta Comissão está preparada, Sra. Ministra, para essa situação, de modo que não haverá nenhum prejuízo para o debate e apreciação das matérias de forma eficiente.

Antes de passar a palavra para a Sra. Ministra do Planejamento e Orçamento, Senadora Simone Tebet, eu gostaria, de forma muito especial, de cumprimentá-la, além de tudo, por ter sido minha colega, minha Líder, com muita honra, da bancada feminina no Senado Federal. V.Exa. fez história como Senadora e como Líder, a primeira Líder da nossa bancada feminina, quando passamos a ter um outro momento extremamente importante.

Inclusive, eu quero frisar que, na lei de combate à violência política contra a mulher, com a qual todos nós aqui contribuímos, tanto Senado, como Câmara, houve uma atuação muito forte — e aqui eu faço este registro — da então Senadora Simone Tebet, bem como em diversos temas no Senado, sendo sempre um exemplo para nós mulheres e para os homens, para os colegas que, no dia a dia, tiveram a alegria e a honra de tê-la como colega.

Então, numa outra missão agora, missão esta que, com sua competência, com sua garra, com sua coragem e com sua disposição — isso dito por quem



testemunhou o tempo inteiro quem você é, Simone, e, aqui, permita-me, neste momento especial, assim chamá-la desta forma muito carinhosa, mas com todo o respeito ao título e aos lugares que você tem ocupado — para ajudar o nosso País a crescer e a se desenvolver, dando o seu melhor como profissional, como pessoa comprometida com o seu Estado, mas, acima de tudo, comprometida com o povo do seu País, seja muito bem-vinda aqui na tarde de hoje!

Da mesma forma, eu quero cumprimentar os que acompanham V.Exa., assessores e todos aqueles que integram a equipe técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento, que aqui sejam muito bem-vindos; e cumprimentar também a nossa assessoria, todos aqueles que fazem parte da Comissão Mista de Orçamento e todos os técnicos que compõem esta Comissão e nos ajudam no dia a dia.

De forma também muito especial, eu quero cumprimentar todos os Parlamentares. Na data de hoje, de forma também muito especial, pela responsabilidade, pelo cuidado e pelo trabalho, como eu disse, já iniciado, eu quero cumprimentar o nosso Deputado Danilo Forte, que está conosco e, daqui a pouco, vai usar da palavra.

Então, agora, eu passo a palavra para a Sra. Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, para fazer a sua explanação acerca do tema já relatado.

Muito obrigada mais uma vez.

Seja bem-vinda!

V.Exa. está com a palavra.

Eu gostaria de pedir realmente a atenção, o silêncio e o respeito de todos e todas que aqui se encontram.

Muito obrigada.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas. É uma alegria muito grande poder voltar a esta Casa. Eu, que já estive aqui este ano como Ministra de Estado, discutindo e



tratando da reforma tributária no Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, quero dizer que é uma honra poder estar aqui novamente, especialmente porque estou sentada ao lado da minha amiga, da minha colega, Senadora Daniella Ribeiro, hoje, Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

Daniella começou fazendo um elogio a mim que não me é devido. E eu, agora, tenho que, em público, deixar registrado nos Anais da Câmara um pouquinho dessa história que ela contou. Eu fui candidata à Presidência do Senado, eu fui a primeira mulher candidata à Presidência do Senado. Sabia da situação de ter chegado de última hora. O meu partido tinha cinco candidatos, e todo mundo percebeu que iria perder e falou: *"Olhe, agora, se você quiser, é com você"*. Eu falei: *"Eu topo. Não tem problema. Eu sei que vou perder. É com o meu amigo particular, o Senador Rodrigo Pacheco. Nós vamos tratar essa disputa com toda a galhardia, com todo o respeito que a Casa do Senado Federal merece"*. Mas quis marcar a posição de ser a primeira mulher candidata à Presidência do Senado, na convicção de que um dia eu verei uma mulher presidindo o Congresso Nacional.

E, naquele momento, o Rodrigo, para ter alguns votos da bancada feminina, das mulheres, o que é absolutamente natural, fez o compromisso com a bancada de que, se eleito fosse, criaria a Liderança da bancada feminina, porque, embora fôssemos, Deputado Sergio, a terceira maior bancada, não tínhamos Líder. E, nesse momento, ele não só ganhou a Presidência do Senado como honrou o compromisso 1 semana depois.

Aí eis que, quando eu chego ao plenário, chega a Senadora Daniella com mais quatro ou cinco Senadoras, que dizem o seguinte: *"Olhe, Simone, cada uma aqui tem os seus espaços. Você perdeu uma eleição, mas nós ganhamos a Liderança da bancada feminina. Então, nós estamos aqui para dizer que queremos você como a primeira mulher Líder da bancada feminina"*.



Então, isso tudo é para dizer o seguinte e deixar claro que todos nós já sabemos disto: somos alçados a determinadas posições graças a amigos, companheiros. E eu tenho aqui que fazer essa referência, porque, a partir disso, veio a CPI da COVID, a bancada feminina foi para dentro quando os Líderes não indicaram nenhuma mulher para falar de vida, e eu entrei como Líder sem ter direito a voto. As mulheres não podiam ter espaço nem na elaboração do relatório, nem na votação do relatório. E ali nós entramos para desmarcar uma posição. O resto é história. Todos conhecem o trabalho que a bancada feminina fez a favor do Brasil naquele momento em que estávamos precisando de vacinas, um momento em que todos nós estávamos absolutamente no escuro diante de uma pandemia desconhecida até então por todos.

Feita essa deferência mais do que justa e merecida à Senadora Daniella, que preside esta Comissão, eu quero, na pessoa dela e de todas as Deputadas que se encontram aqui presentes, cumprimentar as demais e, na pessoa do Relator do PPA, Deputado Danilo Forte, cumprimentar os demais membros desta Casa.

Estou aqui e não venho sozinha. Venho como Ministra, mas trago o nosso Secretário de Orçamento, da SOF, Paulo Bijos, que é efetivo desta Casa, é de carreira da Câmara dos Deputados. Ele trabalhava na CMO e, portanto, conhece bastante de Orçamento. E, na pessoa dele, quero cumprimentar toda a equipe de trabalho da Câmara dos Deputados.

Eu me comprometo, estou com o relógio à minha frente, a não usar mais do que 15 minutos. Acho que é mais do que justo. Combinamos que o Paulo não fala agora. Em todas as questões mais técnicas, de miudeza, de mais especificidade, ele está aqui para nos auxiliar. E as questões maiores, as questões mais polêmicas, as questões inclusive de debate mais político eu assumo.

Eu não vou, como disse, me delongar, mas hoje é um dia muito especial. Chegará a esta Casa, em breve, o PPA mais participativo da história do Brasil — e é o mais participativo sem demérito nenhum a este Presidente. É que este ano



nós pudemos contar com uma ferramenta extraordinária que se chama mundo digital, a Internet. Então, o PPA é o mais participativo não só porque, por determinação do Presidente Lula, nós rodamos os 27 Estados da Federação brasileira em 60 dias, mas porque a população brasileira, do jovem ao mais idoso, pôde participar deste PPA através da plataforma digital. Eu não vou aqui entrar em detalhes — teremos provavelmente uma audiência pública para isso —, mas é importante só mostrar o que nós entregamos ao Presidente do Congresso Nacional hoje, que chegará oficialmente a esta Casa amanhã. São 800 páginas. Eu o resumo em 3 lâminas, eslaides muito simples, porque eu não vou me delongar em relação a ele.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Junto dos movimentos sociais e da sociedade civil, através da Internet, nós chegamos à visão de futuro do Brasil que queremos até 2027. Percorremos o Brasil fazendo uma única pergunta: que Brasil vocês querem para os próximos 4 anos? Resumindo tudo numa única frase, e essa frase, repito, foi construída por milhares de mãos, chegamos à conclusão de que o povo brasileiro quer um País democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.

A partir daí, eu vou já passar para as próximas lâminas, que são o detalhamento disso.

Dentro dessa visão de futuro, nós chegamos a alguns valores. Os valores estão neste eslaide. Os valores são palavras-chave que colocamos com a ajuda da Internet, vendo ali na nuvem quais eram as palavras que mais apareceram, fora também o trabalho de ata que fizemos junto aos Estados, nas plenárias presenciais. Esses são os valores: democracia, diversidade, justiça social, sustentabilidade, participação, excelência na gestão e responsabilidade fiscal e social — fico muito feliz de ter aparecido isso. Ou seja, a população brasileira tem consciência da importância de termos as contas públicas em ordem para fazer



aquilo que é nosso dever: cumprir com o compromisso social com o povo brasileiro.

Dessa visão de futuro, saíram três eixos: o Eixo 1, que é o eixo social, e dali 13 objetivos e 31 indicadores; o Eixo 2, que é o eixo do desenvolvimento econômico com sustentabilidade — é interessante como a questão climática foi algo que apareceu muito, a preocupação com os efeitos climáticos, e isso vem inclusive do setor produtivo, do agronegócio —; e o Eixo 3, que é o eixo da defesa da democracia e construção do Estado de Direito. Isso tudo foi organizado e gerou 88 programas prioritários.

Para finalizar essa parte do PPA, porque, como disse, não é o tema, mas gostaria de trazê-lo em primeira mão para os senhores porque vai estar estampado depois na imprensa, isso tudo está em seis prioridades elencadas pelo povo brasileiro: combate à fome e redução das desigualdades; educação básica, que ficou em segundo lugar; educação básica; neointustrialização, trabalho, emprego e renda; novo PAC — colocamos o novo PAC porque apareceu muito a questão de obras, Minha Casa, Minha Vida, infraestrutura de ponte a rodovia —; e combate ao desmatamento e enfrentamento à emergência climática — é incrível como apareceu essa questão.

Nisso tudo, nós temos duas grandes novidades no PPA. Uma é a agenda transversal. Todas as ações dos Ministérios... O Orçamento chegará amanhã aos senhores, e nós o entregaremos também nas mãos do Presidente do Congresso Nacional. Para todas as ações dos Ministérios, nós estamos perguntando para os Ministros onde é que entra a questão da criança, do adolescente, das mulheres, da igualdade racial, dos povos indígenas, do meio ambiente, quando couber no seu assunto. Isso, repito, veio fruto das manifestações populares. E aqui está a quantidade de oficinas, aquilo tudo que houve de participação.

Ainda falta mais uma lâmina, mas eu não vou me delongar. Vou direto à questão dos programas mais votados pela Internet.



Vejam que interessante! Enfrentamento da emergência climática, em primeiro lugar; atenção primária à saúde e, depois, atenção especializada à saúde — portanto, se somarmos esses dois níveis, a saúde ganha, a saúde fica em primeiro lugar —; promoção do trabalho digno, emprego e renda; e turismo, esse é o destino.

O interessante também, quando se vai para a Internet, é ver como a juventude participou muito.

Das propostas mais votadas, sem dúvida nenhuma, a saúde está em primeiro lugar; a segurança pública, que é um tema especialmente das grandes metrópoles, em segundo lugar; educação, em terceiro lugar; direitos humanos e cidadania, em quarto lugar; e desenvolvimento, indústria, comércio e serviços, em quinto lugar.

Eu faço esse apanhado geral só para podermos lembrar — agora falando de LDO — que a primeira peça do Orçamento brasileiro é justamente a peça do Planejamento, para definir que Brasil queremos para os próximos 4 anos. Essa é a peça que temos que entregar primeiro, e ela irá chegar oficialmente, como eu disse, amanhã cedo, para os senhores.

Quanto a esse PPA, eu espero que os senhores possam aproveitá-lo da melhor forma possível, que possam aperfeiçoá-lo ao fazerem as audiências públicas. Estaremos aqui à disposição também para podermos discutir o PPA Participativo com esta Comissão.

Passando agora para a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, eu gostaria aqui de fazer um parêntese em relação a ela. Não venho aqui para falar daquilo que já está no texto — diretrizes, metas, programas, o que é possível e o que está vedado —, porque isto os senhores já conhecem e terão toda a liberdade — como fruto da eleição legítima ou como fruto da escolha legítima do povo brasileiro, vocês são os legítimos representantes dele — para fazerem as alterações que acharem importante fazer, com base no relatório que será entregue pelo Relator, pelo Deputado Danilo Forte.





Eu gostaria apenas de fazer algumas considerações sobre o que há de diferente em relação a essa LDO. Eu acho que foi providencial, foi importante que ela não tenha sido votada no primeiro semestre, quando não tínhamos o arcabouço fiscal, quando não tínhamos todas as variáveis da legislação, para podermos aprovar a LDO no primeiro semestre.

Em relação à nossa LDO, eu quero já começar com os pontos polêmicos. Eu não venho aqui para falar daquilo em que há consenso. Eu vim aqui para abrir mesmo o debate, com o objetivo de termos aqui as divergências necessárias para criarmos maioria no futuro, através do voto das senhoras e dos senhores.

A nossa LDO veio — a pedido, inclusive, do Ministério da Fazenda — com a meta de resultado neutro, portanto, de resultado zero, com meta fiscal com déficit zero, para o Governo Central, no ano de 2024.

A nossa projeção, como os senhores sabem, é de 0,5% positivo em relação ao PIB em 2025 e de 1%, em 2026, admitindo-se, no sistema de flutuação de banda, índice de 0,25% a maior ou de 0,25% a menor, o que significa podermos gastar ou não gastar algo em torno de 28,8 bilhões de reais, que é o que representa cada 0,25% em relação a essa meta. A meta zero significa não termos condições de gastar 28,8 bilhões de reais, se a meta for zero, e não menos 0,25%, que é o que está dentro da banda.

Paralelamente a isso, temos também a meta fiscal do Programa de Dispêndios Globais e de estatais, que têm uma meta diferenciada. A meta com déficit que veio para a LDO é de 7,3 bilhões de reais, à exceção, como é sempre — e isso não é uma novidade —, de empresas como a PETROBRAS, porque, quando a PETROBRAS faz um grande investimento — e ela costuma fazer investimentos bilionários —, ela absorve todo o espaço fiscal do Governo Central.

Só para terem uma ideia, numa média de 300 bilhões de reais por ano de investimento da PETROBRAS, não sobraria absolutamente recurso para nenhum tipo de emenda parlamentar ou de despesas discricionárias que o Governo Federal pudesse porventura ter.



Então, tanto a PETROBRAS quanto a subsidiária da ELETROBRAS, que agora não é mais PETROBRAS, é ENBPar, estão fora, são analisadas com outra meta. Elas já vêm com um déficit de 7,3 bilhões de reais.

Houve uma decisão da GEO, outro tema que foi discutido e polêmico, cuja narrativa não foi construída da forma correta. Nós abrimos uma exceção — uma única exceção e apenas para o ano de 2024 —, a pedido do Ministério da Gestão, e foi por unanimidade, dentro da GEO. Nós entendemos serem absolutamente razoáveis as despesas fora da meta no valor de 5 bilhões de reais do novo PAC para investimento, porque não colocamos na meta e chegamos a um déficit de 13,3 bilhões de reais. Primeiro, porque nós nem acreditamos que vamos precisar usar 5 bilhões de reais. Segundo, porque era para atender uma obra, em princípio, muito específica.

A alteração iria, se colocássemos na meta, para qualquer despesa. Como havia um pedido muito específico do Estado de São Paulo para a possível construção de um túnel submerso de Santos a Guarujá, no valor que pode chegar a 2 bilhões de reais, algumas obras de infraestrutura da INFRAERO, vários aeródromos e aeroportos ficariam dentro desse escopo.

Isso não significa que nós o usaremos. Nós colocamos um teto um pouco mais largo até abrir licitação, até verificar a viabilidade técnica, licenciamento ambiental, etc., e poderá ser utilizado ou não. Já deixo claro, porque sei que é uma questão que pode ser levantada.

Foi uma discussão assim: *"Já está alterando a meta, já vai querer tirar da meta fiscal"*. Nós estamos falando de estatais não dependentes, que têm orçamento próprio, portanto, não entram, para o bem ou para o mal, na nossa discussão da meta fiscal, não impactam a nossa meta do Orçamento Geral da União.

Eu quero fazer um agradecimento especial ao Congresso Nacional pela aprovação do novo arcabouço, o novo regime fiscal. Esse é o segundo ponto que é preciso ser dito e tem muita importância para a aprovação da nossa LDO, que



foi a aprovação do novo marco fiscal, que foi fundamental. Para se ter uma ideia, nós evitamos um possível contingenciamento. Se não o aprovássemos, teríamos que ficar com o teto de gastos até o final do ano. Eu precisaria, de partida, começar cortando 200 bilhões de reais da LOA, ou seja, todo o orçamento que nós temos para as nossas despesas discricionárias, porque nós teríamos que trazer uma LOA para os senhores com base na regra vigente, que seria o teto de gastos.

Então, faço o meu agradecimento especial e o agradecimento do Governo do Presidente Lula pela aprovação de um projeto que não é de Governo, é de Brasil e que contou com o apoio da Oposição e da Situação. Ele vai permitir a continuidade de políticas públicas essenciais, como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, que teria que ser totalmente cortado, se nós não tivéssemos aprovado o novo marco fiscal.

Diante da polêmica gerada em relação àquela discussão de uma emenda que foi aprovada no Senado — inclusive foi a pedido do Ministério do Planejamento e Orçamento — e que a Câmara derrubou, nós criamos uma alternativa. Conversamos com o Relator, com alguns membros e Líderes, tendo em vista essa perspectiva de que poderíamos ter alteração no novo regime fiscal. Mandamos antes uma mensagem modificativa para esta Casa. Havíamos conversado com a Presidente, a Senadora Daniella, e com o Relator. Fizemos isso para nos calçar, porque havia uma discussão sobre se consideraríamos as despesas condicionadas ao IPCA até o final do ano como regra permanente, perene, portanto, no arcabouço, ou se faríamos, a cada ano, na LDO.

Diante da percepção política de alguns Líderes de que aquela emenda poderia ser derrubada aqui na Câmara — porque não entendem os senhores como algo que tem que ser permanente —, nós falamos: *"Então, vamos colocar na LDO"*. E, se for da vontade das senhoras e dos senhores, aprovaremos todos os anos essa despesa condicionada à inflação, ao IPCA, até o final do ano, e não até o meio do ano.



Explico a importância dela, já indo para mais da metade da minha fala — como disse, vou ficar de olho no tempo —, para o País. Quando nós falamos em avaliar o IPCA e projetar a despesa condicionada até 31 de dezembro, parece que 32 bilhões de reais não é nada dentro de um orçamento que passa de 5 trilhões de reais. Acontece que, de despesas discricionárias, nós não chegamos a 200; e, quando tiramos todos aqueles pisos que são incluídos, as próprias emendas parlamentares, as impositivas e tudo mais, só para os senhores terem noção, tirando o piso mínimo da educação e da saúde, que volta, restam de discricionárias para o Governo Federal 55 bilhões, ou seja, 32 bilhões significam 58% das nossas discricionárias.

Acho que esta é a lâmina mais importante que eu apresento aos senhores. Faço um pedido, depois de muito debate, que os senhores pensem com carinho a aprovação, a possibilidade, nesta LDO — sei que alguns Líderes já conversaram e que, a princípio, parte já tem acordo —, de que este ano nós possamos já projetar as despesas e só executá-las, obviamente, se no final do ano as projeções do mercado — Focus, Banco Central e o próprio Ministério da Fazenda — se confirmarem, ou seja, que lamentavelmente, no segundo semestre, nós teremos a inflação um pouquinho maior que a do primeiro semestre — já estaríamos projetando. E, em um número conservador — trouxemos números conservadores para os senhores —, nós estamos falando de abrir um espaço fiscal de 32 bilhões agora. *"Ah, e se não abrir agora?"* Se não abrimos agora, se abrimos só no final do ano, nós teremos todo um rearranjo orçamentário complicadíssimo para fazer. Mas, é como disse, a deliberação é dos senhores. Eu queria apenas mostrar que não era uma emenda qualquer. *"Ah, é porque o Ministério do Planejamento, ou o Ministério do Orçamento, ou a SOF estavam querendo..."* Não! Nós estamos falando de uma emenda que impacta a vida de milhões de brasileiros, estamos falando na questão orçamentária, na questão de políticas públicas. Diante de um orçamento tão amarrado, tão engessado, nós temos de despesas discricionárias, repito, 55 bilhões de reais.



Na próxima lâmina, os senhores já sabem — desculpem-me estar chamando de senhores, e não de V.Exas., é só porque é um pouquinho mais curta essa forma, espero que respeitosa, como estou me dirigindo a todos —, apenas quero lembrar, em números grandes, que a base que tivemos, fruto da PEC da Transição, tirando outros tipos de despesas com juros, como ponto de partida em 2023, no Orçamento deste ano de 2023, é de 1 trilhão 964 bilhões. Esse foi o piso por meio do qual nós aplicamos a nova regra, que não é mais a do teto de gastos, é a do novo arcabouço fiscal. Essa regra do novo arcabouço nos faz apresentar uma conta relativamente simples: a 1 trilhão 964 bilhões nós somamos a inflação do meio do ano, que foi de 3,16%, o que nos deu um espaço fiscal de 62 bilhões. Já somamos a possibilidade de gastar até 70% do aumento da receita — portanto, 70% de 2,43% é o que estamos prevendo como aumento de receita —, o que nos gera mais 34 bilhões de espaço. E estamos somando temporariamente, porque a legislação nos permite, já que está na mensagem modificativa para ser deliberada, a correção da inflação até dezembro de 1,64%, chegando a mais 32 bilhões. Isso nos dá, nessa escadinha — está lá escondidinha do lado esquerdo dos senhores —, uma ampliação total do limite de 129 bilhões de reais.

Agora vem a notícia que, para nós, é ruim. Esses 129 bilhões de reais não são para despesas discricionárias a mais, a que envolve despesas obrigatórias. Então, do lado de cá, nós colocamos alguns números: Previdência; outras despesas dentro da Previdência, como o BPC, abono e seguro-desemprego; obrigatórias com fluxo de caixa, que, depois, poderemos estar discutindo o que isso significaria. Temos que colocar, pelo piso da saúde, que volta a ser, 15% da receita corrente líquida na saúde e 18% na educação. Na educação, nós já estávamos gastando, investindo valores altos, então a diferença da educação foi pouca, mas a diferença da saúde significou 23 bilhões a mais só aqui para garantir o piso. Colocamos ainda Pessoal, Encargos Sociais e Emendas Parlamentares, as impositivas, portanto obrigatórias. Sobram como despesas discricionárias, nesse espaço fiscal, 9 bilhões de reais. Aqui é a variação. Eu estou colocando sempre a



mais. As emendas são bem maiores, o gasto com a Previdência, então, nem se fala.

Dentro desses 129 bilhões, para deixar muito claro, o espaço que nós abrimos dentro do arcabouço não é para as despesas discricionárias; sobram para as despesas discricionárias 9 bilhões de reais, se eu incluir os 32 bilhões. Nós já podemos calcular agora, para mandarmos um orçamento que não precise depois ser totalmente modificado e voltar, porque também está previsto no arcabouço que eu vou poder contar o IPCA lá na frente. Mas aí geraria um problema maior.

Vou entrar na última parte. Eu a dividi em três pontos: falo do PPA, da parte mais polêmica da LOA, e não poderia terminar, Presidente Daniella, sem falar eu acho que de avanços da LDO, daquilo que nós entendemos importante. Os senhores e as senhoras terão a palavra final sobre esse assunto, mas acho importante nós, muito rapidamente, tratarmos dos projetos prioritários que estão na LDO.

Primeiro, nós conseguimos avançar com essa orçamentação de médio prazo. Eu vou só citar, porque tenho mais quatro lâminas, uma explicando cada ponto.

São orçamentação de médio prazo; metas físicas; agendas transversais; e revisão do gasto.

Vamos à orçamentação de médio prazo. Aqui nós estamos apresentando para os senhores, com toda a transparência, os números, a projeção de despesas e de receitas não do ano de 2024 mais 1 ano, mas do ano de 2024 mais 3 anos. Ou seja, nós estamos aqui avançando nessa transparência para que os senhores possam, na hora em que forem aprovar o projeto ou derrotar o projeto no Congresso Nacional, na Câmara ou no Senado, ter consciência do que isso significaria de impacto fiscal, de impacto no orçamento brasileiro. Isso está previsto na Constituição, art. 165, § 14 — nunca colocávamos. Nós já enviamos o PLDO dessa forma e estamos encaminhando a PLOA também dentro desse enquadramento. A autorização é anual, sendo uma projeção para o Congresso



Nacional se planejar melhor, decidir dentro de uma ação orçamentária. Nós estabelecemos alguns subconjuntos como projeto-piloto e avançaremos nos próximos anos.

A segunda ferramenta envolve números e entregas, o que é uma coisa muito interessante para os senhores e para nós. Às vezes os senhores aprovam projetos, remanejam uma dotação orçamentária... O orçamento está chegando. É importante dizer que o Orçamento não foi participativo. O Orçamento é de deliberação, de discussão, de votação do Congresso Nacional. O PPA foi participativo. A definição de quanto sai de uma ação para outra, de quanto sai de um programa para outro continua como sempre foi no Orçamento deste ano.

Eu gostaria de apresentar essa novidade das metas físicas com foco nas entregas, que está na LOA. Às vezes os senhores e as senhoras são demandados pelo Prefeito, pelo Governador ou por um grupo do setor produtivo, do setor de serviços, do comércio, do agronegócio, da agricultura familiar, que diz o seguinte: *"Eu sou do Nordeste, sei que está vindo uma seca muito grande e preciso fazer mais cisternas"*. Fazem uma alteração de uma ação para outra no Orçamento, e depois não sabem quantas cisternas foram executadas por remanejamento de uma ação dos senhores. Nem os senhores sabem, nem nós sabemos.

Nós estamos fazendo um projeto-piloto. Este ano não vai dar para fazer tudo. Vejam como o Orçamento brasileiro é pulverizado, vejam como o Brasil gasta muito e gasta mal: são 1.200 ações, e tem-se que dividir esse dinheiro dentro do que é possível.

Essa meta física, que teria que ser destrinchada numericamente, que está lá, que se acha com uma lupa — a equipe de técnicos daqui tem condições de achar qualquer meta física e qualquer entrega neste momento —, nós estamos querendo aperfeiçoar, no sentido de transparência. Estamos colocando três projetos como piloto, mas gostaria de reforçar especialmente dois: um é o projeto Minha Casa, Minha Vida — discriminando quantas casas são fruto de ações, de



remanejamento, de um Parlamentar ou do próprio Governo, em cada região, em cada cidade, e como está essa fase de execução —; e o outro é de cisternas.

Repito: já existem as metas físicas — qualquer coisa, dá para estressar os números e achá-las —, mas nós queremos dar mais transparência e avançar nisso, que eu acho que pode ser aquilo que a imprensa nos cobra, que a sociedade civil nos cobra, que o Parlamento nos cobra e que eu cobrava como Senadora da República: quando nós vamos discutir qualidade de gastos públicos, quando vamos parar de ficar olhando só para o aumento, aumento e aumento da receita e garantir que o dinheiro chegue de forma eficiente, com qualidade de gastos onde mais precisa? Eu acho que essa é uma ferramenta muito importante para as senhoras e para os senhores.

A terceira ferramenta — só faltam duas — é a agenda da transversalidade. Essa é uma cobrança da bancada feminina, essa é uma cobrança da sociedade, essa foi uma cobrança no PPA. Nós queremos começar a fazer recortes. Não dá para fazer tudo, mas o PPA já traz aquelas cinco transversalidades.

Eu trago um exemplo só, para ficar clara a importância dessa agenda transversal. Já que a Senadora Daniella citou a questão da bancada feminina, muitas vezes queremos saber o quanto do Orçamento vai para as mulheres brasileiras. Essa ideia é fruto de uma iniciativa do Congresso Nacional para fazermos um caderninho separado sobre o orçamento da mulher. Eu recebi, como Ministra, o orçamento em mãos, e tinha que apresentar o novo até 31 de janeiro deste ano para os senhores.

Quando eu olhei o Orçamento, Senador Lindbergh, eu falei o seguinte. Espera aí! O Orçamento que eu aprovei a vida inteira, 8 anos como Senadora, garante 327 bilhões de reais para as mulheres brasileiras? Essa conta está errada. Não é nem 32 bilhões de reais, aliás, não é nem 3 bilhões de reais, eu brinquei. E falei: Pode ir atrás desses números. Quando nós fomos olhar o orçamento específico para a mulher brasileira era 0,009, não era 327 bilhões de reais, eram 25 milhões de reais. É isso mesmo: 25 milhões de reais. Não estou





discutindo, eu votei. Nós votamos esse orçamento. Não estou discutindo se está certo ou se está errado. Eu estou discutindo apenas a visibilidade, a transparência, até para tomada de decisões mais corretas e mais eficientes pelo Parlamento e pelo Governo Federal.

Aí nós fomos ver o que acontecia. O que acontecia, Deputado Mourão? Colocavam todas as ações voltadas para a criança, como merenda escolar, construção de escolas e de creches, programa Minha Casa, Minha Vida, Programa Bolsa Família, colocavam na conta: *"Ah, mas isso é para a mulher brasileira"*. Ora, isso é para a família brasileira, isso é para os homens, para os pais e para as mães.

Diante disso, nós estamos procurando dar mais transparência à LOA com esses recortes de transversalidade. Eu só trouxe um exemplo, como não poderia deixar de ser, da questão do orçamento na parte de gênero.

Por fim, para encerrar, essa é a maior e a mais difícil missão da minha vida como Ministra do Planejamento. Nós já estamos fazendo isso, no quieto, com muito equilíbrio, com muita ponderação. O Brasil saiu de um déficit social muito grande, fruto da pandemia. O mundo saiu de um déficit social muito grande, fruto da pandemia. Foram 2 anos não conseguindo ligar a economia na sua potência máxima. Nós saímos com déficit, e isso gerou um impacto a ponto de precisarmos de uma PEC da Transição e de retomar programas sociais que estavam paralisados.

É óbvio que não dá para falar de corte de gastos públicos, mas dá para falar de qualidade desses gastos. Então, nós temos uma Secretaria Especial criada pela primeira vez no Ministério, que é a Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas.

Olha que dado interessante. Eu não sei se foi da época do Presidente Temer que começou o CMAP. Antes, teve início no Governo da Presidente Dilma com uma outra determinação. Foi criado no nosso Ministério um comitê de avaliação de políticas públicas. Sabem quantas políticas públicas já foram avaliadas desde



então? Em valores, 1 trilhão de reais. Perguntem-me se alguma política pública foi revisada, foi extinta, foi modificada ou foi ampliada, fruto desse estudo. E é um estudo que está à disposição das senhoras e dos senhores, feito em parceria com o IPEA, a ENAP e o IBGE. E ali nós temos questões muito relevantes.

A última lâmina dá um exemplo do que eu estou falando, que será o próximo passo do Ministério. Entregue o PPA, como nós estamos entregando, entregue a LDO, como nós já entregamos, e entregue a LOA, a partir de amanhã, nós começamos a nos aprofundar melhor nesses dados.

Eu trago só dois exemplos, para encerrar, da importância da revisão de gastos. Tirar de um lugar não é nem para fazer superávit, é tirar de um lugar para colocar onde mais precisa. Se há um déficit habitacional absurdo, vamos investir em casas populares. Se precisamos investir mais em setores produtivos, vamos fazê-lo.

Vejam o exemplo: o Bolsa Família está numa análise de aperfeiçoamento do Cadastro Único. Nós já bloqueamos os cadastros de unipessoais por erros ou fraudes. Eram pessoas que, morando sozinha, não tinham direito ou porque não moravam sozinhas ou porque não tinham direito e estavam temporariamente bloqueadas. Eles estão agora voltando para ver se essas pessoas têm direito ou não. Mas já foram bloqueados, foram cancelados alguns, os cadastros de 8,2 milhões de pessoas. Isso contribui e, ao final, pode gerar 7 bilhões de reais. Essa é uma política que está sendo executada.

A segunda notícia diz o seguinte: “O Presidente Lula acaba de assinar” — portanto, dia 16 de agosto — “um grupo de trabalho para aprimorar dados sobre sistemas do INSS”. Há estudos do TCU e avaliação da CMAP que acreditam estarmos falando de até 8% de fraude ou erro na Previdência.

Se considerarmos 1 trilhão de reais, referentes à previdência, e baixarmos para 1%, estaremos falando de 10 bilhões ao ano; 2% representam 20 bilhões ao ano, sendo este o espaço fiscal que precisamos para garantir políticas públicas eficientes e coerentes para a população brasileira.



Eu trouxe algumas questões mais gerais e, dentro da demanda dos Parlamentares, coloco-me à disposição de V.Exas., bem como minha equipe.

Obrigada, Senadora Daniella. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Mais uma vez, agradeço à Ministra Simone Tebet.

Inclusive, agradeço pela observância do tempo. Vamos ser bastante objetivos, mas também extremamente produtivos.

Passo a palavra agora ao Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, o Deputado Danilo Forte.

**O SR. DANILO FORTE** (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Senadora Daniella. Agradeço também à Ministra Simone Tebet pela presença e cumprimento as Sras. Senadoras e Deputadas e os Srs. Senadores e Deputados presentes.

Ministra Simone, todo mundo está preocupado com o momento econômico que o Brasil está atravessando. Todos nós sabemos que, devido ao momento econômico, existia uma expectativa muito grande de uma retomada de crescimento em razão da mudança de Governo — que geralmente traz otimismo — e das novas dinâmicas que a economia poderia ensejar.

Atravessamos um primeiro semestre de dificuldade econômica, inclusive tivemos uma queda muito grande na atividade econômica. Estima-se que houve uma redução em torno de 22% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Tudo isso se reflete na preocupação com a segurança financeira e econômica do País. Para poder haver investimentos, com o ambicioso projeto do PAC, da ordem de 1,7 trilhão de reais e com quase 60% de investimento da iniciativa privada, requer-se fundamentalmente segurança na economia brasileira. Isso traz certo otimismo, exalado por parte do próprio Governo, com relação à questão da meta fiscal. O estímulo e o desejo de zerar a meta fiscal no ano que vem estão anunciados aos quatro ventos e nos quatro cantos do País.



Diante dessa situação, acho que a preocupação com a meta está trazendo certa perplexidade com o que foi aprovado pelo arcabouço fiscal, além da fragilidade com relação à perspectiva de crescimento da receita, o que não aconteceu. O controle da dívida pública é um agravante sério e precisa ser considerado sempre que é feito planejamento e orçamento. Também devem ser levados em conta o próprio crescimento da economia, como já falei, e o crescimento da inflação, que se deu por algumas medidas equivocadas no primeiro semestre deste ano, principalmente o aumento dos impostos, a meu ver. Havíamos reduzido os impostos no ano passado, mas o Governo iniciou o ano legislativo já com aumento de impostos de energia e combustível. Inclusive, o preço dos combustíveis está em patamar parecido com aquele que tínhamos antes de junho do ano passado, quando nós votamos uma lei de minha autoria que reduziu os impostos.

Diante dessa situação, com esses parâmetros macroeconômicos, devemos analisar como podemos resgatar a credibilidade que a peça orçamentária precisa para não ser, mais uma vez, uma peça de ficção que venha causar infortúnio e frustração para a sociedade brasileira. Eu acho que precisamos ter esse embasamento com maior segurança, até porque temos uma preocupação e uma cobrança com relação ao cumprimento dessas metas, com base no art. 4º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Há algum tempo, a proposta da LDO vem ignorando esse comando jurídico que nós temos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso inclusive imputa ao Ministério do Planejamento uma responsabilidade. Então, é importante que tenhamos essa consciência, para não cairmos no mesmo erro duas vezes e evitarmos possíveis pedaladas, que são tão discriminadas pela sociedade brasileira.

Há outra questão importante para ser discutida. Neste momento, faço um parêntese e agradeço à Ministra do Planejamento. Trata-se da humanização do Orçamento público brasileiro. Por onde temos andado, há um chamamento muito



forte com relação às famílias que têm filhos portadores de deficiência, talvez porque estamos sendo presididos por uma mulher na Comissão de Orçamento.

No Orçamento brasileiro, nós não temos uma política unificada a nível nacional para crianças portadoras ou com algum tipo de deficiência, principalmente a psicomotora. Há uma aflição muito grande por parte das famílias, que não têm um local adequado para essas crianças construírem, serem educadas e terem uma inclusão social. Existe também, no mundo atual, um crescimento vertiginoso do número dessas crianças. Estima-se que no Brasil tenhamos algo em torno de 18,2 milhões de crianças que precisam desse tipo de acompanhamento.

Nós levamos essa proposta ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação. Estamos construindo dentro do Orçamento uma rubrica específica, um subtítulo, a fim de que os Parlamentares possam usar suas emendas — sejam individuais, de bancada ou de Comissão — para o investimento da parte física, a construção dos equipamentos, mas também para fazer um sistema de custeio.

Estive esta semana no Ministério da Saúde e fiquei muito feliz porque amanhã será divulgada uma portaria que cria um custeio com relação aos Municípios que já possuem esses núcleos, como também aos que venham a implantá-los a partir dessa nova política. Quero agradecer à Ministra Simone Tebet pela inclusão desse subtítulo no Orçamento, na LOA, que chegará amanhã.

Ao mesmo tempo, convoco as Sras. Deputadas e Senadoras e os Srs. Deputados e Senadores para que busquem essa construção que era muito importante para as famílias brasileiras e para esses 18 milhões de brasileiros que precisam da assistência de uma política integrada. Eu acho que é uma política inovadora. Agradeço o estímulo que a Senadora Daniella Ribeiro nos deu para colocar isso no Orçamento do País, humanizando-o.

Outra questão diz respeito às despesas condicionadas, que foram muito debatidas no arcabouço e que vêm, inclusive, na mensagem modificativa. Elas podem trazer consigo uma incoerência ou uma contradição com relação a toda



essa preocupação com o Orçamento transparente, com meta fiscal zero, com relação a esses investimentos no ano que vem. Então, acho que essa também é uma observação que precisa ser construída.

Outra preocupação que está colocada é com relação à renúncia de receitas. O Brasil tem hoje algo em torno de 456 bilhões de renúncias de receitas, que vão desde subsídios, alguns compatíveis com o mundo que nós vivemos, e outros já totalmente ultrapassados, que persistem na nossa carga tributária e pesam no Orçamento. O Brasil de hoje ainda paga quase 1 bilhão de reais por ano de subsídio ao carvão mineral para a usina termoeletrica. Isso é um retrocesso do ponto de vista ambiental e um retrocesso também do ponto de vista econômico e financeiro.

Quais são as decisões ou os encaminhamentos para o tratamento que poderíamos construir com relação ao Orçamento de 2024, dentro dessa perspectiva de diminuir, para dar uma folga maior do ponto de vista fiscal ao Orçamento e também para colocar o Brasil dentro de uma perspectiva futura?

Nós temos uma bomba-relógio, sobre a qual também precisamos discutir, que tem um efeito bola de neve: é a questão dos precatórios, Ministra Simone, que se vem acumulando com as decisões judiciais e provocam também um crescimento do compromisso do País com relação a esses pagamentos. E nós precisamos de uma política, que inclusive está na Constituição, com relação a essa priorização dos pagamentos, mas nós não temos ainda uma previsão clara com relação a essas cobranças judiciais. Como deverá ser feito esse enfrentamento para que também, mais uma vez, não sacrifiquemos o nosso Orçamento tão exíguo, como V.Exa. mesmo colocou, com tão pouco espaço para investimentos, como estamos vendo hoje?

Quanto ao reflexo do salário mínimo, todos nós queremos um salário mínimo sendo corrigido acima da inflação. Isso inclusive tem acarretado um prejuízo muito grande hoje no meu Estado. As Prefeituras estão em greve. Eu nunca tinha visto isso na minha vida — e olha que esta semana eu estou fazendo 65 anos de idade,



embora muita gente não acredite —, eu nunca tinha visto um Prefeito fazendo greve na minha vida. E hoje, Senador Marcelo Castro, meu amigo, no Estado do Ceará, as Prefeituras paralisaram, como também na Paraíba, segundo a Senadora Daniella.

Então, isso traz um problema com relação ao aumento dos encargos, porque a queda das transferências não é tão grande, como se diz na imprensa, mas o que aumentou muito foram os encargos das Prefeituras e as obrigações. E essa é uma discussão também que precisamos fazer tanto com relação ao teto salarial dentro do compromisso da Lei de Responsabilidade Fiscal, dos 54% dos Municípios, quanto também no que diz respeito aos aumentos reais de salário mínimo, que têm reflexos no Orçamento da União, no Estado, na Previdência, nos Municípios, e como no que diz respeito também às perspectivas das transferências. Se tivéssemos um cronograma das transferências das emendas, principalmente, para os Municípios — os Deputados e os Senadores, hoje, são muito responsáveis também pelo orçamento municipal, com as suas emendas —, teríamos uma tranquilidade maior com relação a essa gestão. Muito disso se deve, nesse primeiro semestre, exatamente a esse descasamento.

Eu tenho sido muito procurado — e está aqui o Deputado Gaguim, que é um dos que mais me provoca com relação a isso — para construirmos um cronograma de desembolso das emendas parlamentares e dos compromissos, porque fica um jogo muito grande de empurra e isso dá margem, inclusive, para a volta da distorção política do "toma lá, dá cá", que superamos. E buscamos superar desde o primeiro momento quando eu fui Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 para 2015. Construimos as emendas individuais impositivas. Naquela época, os Deputados da Oposição, e os Senadores, nem sequer conseguiam acesso ao fruto das suas emendas parlamentares. As emendas individuais impositivas deram uma autonomia e uma importância política ao Poder Legislativo muito significativa. Hoje, há o reconhecimento da importância



do Poder Legislativo com relação a isso. Nós não podemos voltar ao "toma lá, dá cá" nas articulações para liberações dessas emendas.

Então, eu acho que essa é uma discussão que precisa ser feita, até para o aperfeiçoamento e a harmonia dos Poderes constituídos, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

Outra questão também que sempre ignoramos, mas que é uma soma vultosa e faz parte do Orçamento público brasileiro, é o Sistema S. Segundo estimativa, o Sistema S tem o peso de 28 bilhões de reais na arrecadação, e esse dinheiro passa por dentro da Receita Federal e é administrado pelo setor privado. Essa soma exorbitante de recursos, como se fosse pouca coisa, é ignorada pelo Orçamento público brasileiro.

Isso tem importância do ponto de vista da formação de profissionais? Tem. Cito o Ministério da Educação. Hoje mesmo eu fui a uma reunião da Comissão de Educação, e um dos grandes problemas levantados foi a questão do ensino profissionalizante, que é muito ainda depreciado em relação à modernização que a economia do mundo todo está vivendo, no que diz respeito à TI, no que diz respeito, hoje, à robótica, à mecatrônica. Nós precisamos evoluir com relação a isso. Isso foi questionado hoje na Comissão de Educação. Nós temos aqui uma soma vultosa. Pelo menos nós no Congresso Nacional — e eu já devo estar aqui, na Comissão de Orçamento, pela oitava vez — nunca fizemos nenhuma fiscalização devida sobre a boa aplicação desses recursos. Então, isso precisa ser questionado também, porque é uma soma extraordinária.

Por último, a construção de um Orçamento mais participativo. É lógico que ninguém vai alcançar a perfeição, mas ninguém pode ignorar que o Congresso Nacional, e principalmente a Câmara dos Deputados, é quem melhor representa o povo brasileiro. Todo mundo está representado no Parlamento brasileiro, e a Câmara dos Deputados representa o povo dos quatro cantos do País, no tocante a todas as raças, origens, religiões, cores, gêneros.





Então, nessa participação de representação, nós, inclusive, estamos fazendo um calendário de audiências públicas pelo País e precisamos fazer com que o Orçamento seja mais reconhecido pelo conjunto da população. Ele só vai sê-lo à medida que a impositividade do Orçamento for crescente. Quanto mais impositivo for o Orçamento, maior será a presença do Congresso Nacional e do Parlamento na sua construção e na sua execução.

Precisamos também aprimorar a eficiência do gasto público. Nós temos hoje um gasto altíssimo com relação à saúde pública. Neste ano, foram alocados mais de 170 bilhões de reais na saúde pública, e temos uma multidão de brasileiros esperando por cirurgias eletivas. Só no meu Estado, o Ceará, nós temos mais de 62 mil pessoas nessa situação, e muitas delas estão ficando, inclusive, aleijadas porque não têm uma cirurgia de reparação de fratura de um braço, de uma perna ou uma operação mais simples que seja. No entanto, o Estado do Ceará, no ano passado, gastou mais de 2 bilhões de reais com organizações sociais. É preciso haver uma fiscalização maior com relação a esse gasto, para dar esse retorno à sociedade.

Isso também ocorre no que diz respeito à própria educação. Nós estamos com um orçamento na faixa de 140 bilhões para o setor da educação, mais de 44 bilhões só no orçamento do FUNDEB, e todo mundo aqui é useiro e vezeiro em reclamar que as nossas crianças terminam o ensino básico sem saber interpretar um texto e sem saber fazer uma conta de aritmética.

Então, precisamos também, em relação ao Orçamento, ter uma cobrança ou dar um grau de eficiência para que haja acesso a ele também pela eficiência do serviço público, que é o que o povo quer. O povo paga imposto. No Brasil, nós pagamos muito imposto. Sem sombra de dúvidas, é uma das maiores cargas tributárias do mundo. O Congresso Nacional assumiu um compromisso, principalmente a Câmara dos Deputados, que já entregou uma reforma tributária que poderá mudar essa realidade, mas, para continuarmos avançando, temos também que aprimorar o orçamento público.



Aqui estamos à disposição para fazer esse trabalho. Ninguém quer atrapalhar o País. Ninguém quer boicotar a ação do Poder Executivo, mas queremos ser reconhecidos no nosso papel, enquanto formuladores de política pública e enquanto construtores e fiscalizadores do Orçamento da União.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Danilo Forte.

Antes de passar a palavra para os membros da Comissão, já que o Relator teve a oportunidade, Ministra, eu gostaria de passar a palavra para V.Exa.

Logo após essas respostas, nós poderemos iniciar — inclusive, já estão iniciadas as inscrições — com os outros membros da Comissão.

Obrigada.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Eu agradeço, porque foram tantas colocações, e, se vierem mais três, eu vou me perder no meio do processo.

São todas as observações do Deputado Danilo extremamente pertinentes. É disso que nós estamos tratando quando eu disse, logo no início, que espero que esta seja a primeira de muitas vindas da equipe econômica, não só minha, mas também dos demais Ministros da equipe econômica, a esta Comissão.

Por isso eu também disse, Deputado, quanto achei importante a LDO não ter sido aprovada no meio do ano, em função de ser este ano um ano excepcional. É o primeiro ano de um novo Governo, um ano em que tivemos PPA, em que se pode mudar a regra fiscal de uma nova regra, que é o arcabouço. Há muitas variáveis. O mundo saiu de uma pandemia, e, como o Deputado disse, está havendo uma desaceleração do crescimento econômico global. China é um exemplo, entre outros países. A perspectiva de crescimento do Brasil era, no final do ano passado, de menos de 1% — 0,7%. Hoje a expectativa é de que possamos crescer mais de 2%, mas, mesmo assim, é um crescimento pífio, pelo tamanho e pela grandeza do Brasil.



Então, diante disso, acho mais do que pertinentes todas as colocações. Permitam-me uma análise muito ampla de tudo que foi colocado, para que possamos ter aqui uma reunião mais dinâmica. Mas eu vou abarcar tudo.

Quanto ao que foi colocado, primeiro, sobre a meta fiscal, o que cabe a mim como Ministra do Planejamento e Orçamento? Cabe a mim analisar o arcabouço fiscal aprovado, a LDO que foi apresentada, fruto da discussão e decisão unânime da Junta de Execução Orçamentária — JEO, que é formada pelo Ministro da Fazenda, pela Ministra do Planejamento, pela Ministra da Gestão e pelo Chefe da Casa Civil. Nós mandamos uma LDO com meta zero lá atrás, cumprindo o prazo constitucional de 15 de abril. Desde lá, tínhamos a dúvida: vota ou não o arcabouço? A reforma vai ser aprovada ou não vai ser aprovada? Ainda não sabemos se ela vai ser aprovada e como vai ser aprovada no Senado, e, depois, se vão ratificadas ou não as alterações pela Câmara. Estou falando especificamente da reforma tributária.

O que me cabia e me cabe? Receber do Ministério da Fazenda as receitas necessárias para zerar essa equação. Na realidade, é muito simples. Eu preciso fazer a seguinte conta matemática de subtração: receita menos despesa igual a zero.

O Ministro da Fazenda e sua equipe me mandaram, até a semana passada, toda a grade de medidas de receitas já contratadas, portanto, já asseguradas, ou aquelas que ainda estão em tramitação no Congresso Nacional. Nós fizemos um encontro de contas e vimos que precisamos de 168 bilhões de reais em receitas. Ele nos apresentou 168 bilhões em receitas. Repito, algumas já estão asseguradas; outras, em tramitação.

Então, diante desse cenário, não cabe a mim, como Ministra do Planejamento e Orçamento, até este momento, outra coisa senão, cumprindo a LDO que nós mandamos e cumprindo as receitas que vieram do Ministério da Fazenda, em havendo esse encontro de contas, dizer o seguinte: a meta que está



vindo pela LOA, em respeito à LDO, e a receita que veio do Ministério da Fazenda é meta neutra, meta zero, déficit fiscal zero para o ano que vem.

É importante, talvez, estendermos as discussões da própria LDO para mais do que 2 ou 3 meses justamente porque nós temos uma série de variáveis que precisam ser colocadas nessa conta daqui para frente. Hoje, o que eu posso atestar claramente pela peça orçamentária que será entregue amanhã aos senhores é que ali estão todos os números necessários para zerar a meta fiscal. *"Mas depende da aprovação do voto de qualidade do CARF."* É verdade. Sem isso, não cumprimos meta zero. *"Mas precisamos agora regulamentar uma decisão do Supremo Tribunal Federal que já é transitada em julgado em relação à questão de possibilidade de ter retorno dos créditos, que eram antes só para investimentos, mas, com a alteração legal, foi também para custeio."* Não tinha sentido. A Fazenda ganhou. Isso vai gerar algo em torno de 90 bilhões de reais a mais para os cofres públicos. Nós dependemos disso. Sem essas duas, não há meta zero.

Então, é óbvio que algumas variáveis muito improváveis podem acontecer. Do contrário, a equipe econômica teve uma reunião não ontem, mas na penúltima reunião da JEO, onde nós chegamos à conclusão de que tínhamos que encaminhar a LOA com a meta fiscal neutra.

Eu sei que o Relator vai fazer uma série de questões. Enfim, eu vou parar de falar sobre isso, a meta.

Eu agradeço. Acho que a participação é importante. O Ministério de Planejamento está à disposição para receber qualquer Deputado ou Deputada. Os senhores são mais do que bem-vindos, porque, por incrível que pareça, o Orçamento não tinha uma ação nem um subtítulo para a pessoa com deficiência. Nós não tínhamos isso nos últimos anos. Então, foi a intervenção do Relator que despertou isso. Nós tínhamos investimentos, mas não como subtítulo para receber emendas, e isso já vai vir com esse subtítulo.



Eu é que tenho que agradecer a V.Exa. — não V.Exa. agradecer a mim — por ter-nos alertado em relação a isso.

Precatórios, essa é uma tarefa de todos nós. Se nós não resolvermos essa bola de neve que nós criamos... Eu falo "nós" porque eu votei a favor da "PEC do Calote". Aliás, eu fui responsável por antecipar... Eles previam 10 anos de calote, e eu sugeri — nós precisávamos de 4 votos no Senado — que essa previsão fosse diminuída para 5 anos. Mas nós votamos por extrema necessidade naquele momento, e agora nós temos que resolver. E acho que o ano de resolvermos é 2024. Não podemos esperar 2025.

Só para os senhores terem uma ideia do que estamos rolando em termos de estoque dos precatórios, em 2022, rolamos 22 bilhões de reais, Deputado Danilo. Neste ano, o estoque está em 56 bilhões de reais.

Eu posso já anunciar com quanto vai vir a LOA amanhã? Eu tenho que perguntar se eu posso... Então, eu vou arredondar, não vou dizer o número exato. Mas vai vir amanhã, como estoque de precatório, algo em torno de 100 bilhões de reais. Esse é o estoque, é o que nós estamos empurrando com precatórios, o que significa que o ano não é 2025 nem 2026. Nós temos que, em 2024, ano que vem portanto... Está absolutamente correto, vamos precisar da ajuda de todos para acharmos uma saída, uma alternativa saudável, para o Orçamento Federal.

O salário mínimo foi aprovado pelo Congresso, e sabemos do impacto que isso causa. Mais uma vez, sabemos da importância, neste caso específico, de nós nos lembrarmos de duas coisas: tudo o que o Deputado Danilo disse e provavelmente 80% de tudo que for perguntado aqui nós resolveremos com a aprovação da reforma tributária. Se o Brasil não crescer de forma sustentável e duradoura, não há receita que suporte e não há contenção de gastos que dê jeito. O Brasil precisa crescer. Sem crescimento, e crescimento com produtividade, qualificando os nossos trabalhadores e colocando qualidade no ensino público, que é outra demanda do Deputado, nós não temos condições... Nós vamos ficar



sempre enxugando gelo aqui, a Situação e a Oposição lado a lado, juntas, falando a mesma língua, porque é o que nós estamos fazendo aqui.

Acho que a reforma tributária é o passo decisivo para, a partir do ano que vem, já termos expectativa positiva de receita e, conseqüentemente, de aquecimento da economia. Mas isso tem impacto? Tem. Vamos juntos alçar alternativas para os entes subnacionais. Estados e Municípios são impactados com o crescimento.

A única coisa que eu tenho que dizer aqui, com muita tranquilidade de quem já esteve em vários lados — como Prefeita, como Secretária de Estado de Governo e Vice-Governadora, como Deputada Estadual, como Senadora da República e agora como Ministra de Estado —, é que há certas políticas públicas que injetam recurso e aquecem a economia, que é dinheiro na veia. Um deles é o aumento do salário mínimo acima da inflação. (*Palmas.*)

Não tem como... Nós estamos falando de justiça social. Assim, nós temos que achar saídas. Eu concordo com o Deputado Danilo, nós temos que achar saídas. Nós solucionamos o problema para quem mais precisa e às vezes criamos outro problema para alguns setores. Então vamos, em conjunto, achar saída para esses setores.

Última pergunta. Eu vou pular algumas só por conta do tempo, mas depois eu posso retomá-las. Eu termino com essa última, então, em relação a termos um orçamento mais participativo e eficiência em políticas públicas. Aqui eu deixo o meu reconhecimento. Eu comecei a minha vida pública como Deputada Estadual e terminei a minha vida pública como Senadora da República. Entendo que o Legislativo é a Casa mais democrática do Brasil. Eu disse isso a vida inteira e continuo dizendo. Falo isso como Ministra que está hoje no Executivo, porque não há um Poder que tenha maior representatividade dos matizes ideológicos, religiosos e de opiniões do que o Parlamento brasileiro. Então, sim, da nossa parte, todo respeito ao Congresso Nacional como formulador e fiscalizador do



Orçamento brasileiro. Então, sim, da nossa parte, todo respeito ao Congresso Nacional como formulador do Orçamento brasileiro e como fiscalizador.

É por isso que nós apontamos essas novidades, que esperamos ver aprovadas no relatório do Deputado, para que o Orçamento possa ter mais transparência e para que nós possamos avançar nesse sentido.

Se ficou alguma coisa, Deputado Danilo, depois, em função do respeito aos colegas, eu reconstituo aqui a fala.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Ministra.

Tem a palavra, por ordem de inscrição, a Deputada Adriana Ventura.  
(Pausa.)

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) - São quantos minutos?

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Nós determinamos, no início, para facilitar inclusive a resposta da Ministra a todos os colegas, que fariam de quatro em quatro Parlamentares. No caso, temos até agora nove inscritos. Então, vou pedir para que...

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (Bloco/PT - SP) - Presidenta, pela ordem. Eu não sei, mas pelo que eu entendi V.Exa. vai conceder 5 minutos para cada orador?

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (Bloco/PT - SP) - Para termos possibilidade de mais pessoas falarem, poderíamos reduzir um pouco esse tempo, talvez para 4 ou 3 minutos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Foi estabelecido o tempo de até 5 minutos. Mas acho que, pelo ritmo que estão indo as coisas, até ditado pela própria Ministra...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) - É. E não tem tanta gente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Sim, não tem tanta gente. Eu acho que podemos conceder até 5 minutos.



**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - E a lista de inscrição, Sra. Presidente?

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Apelamos para o bom senso de todos, para que todos possam interpelar e ser atendidos, respondidos.

Pois não, Deputado Wilson Santiago.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Quero me inscrever.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Para V.Exa. se inscrever? Pronto, V.Exa. está inscrito.

Então, pela ordem, a Deputada Adriana Ventura tem a palavra. (*Pausa.*)

Só um instante, Deputada.

Logo após, falarão o Deputado Gilson Daniel, o Deputado Bohn Gass, o Deputado Alberto Mourão. Depois desses quatro Parlamentares, a Ministra responderá, e voltaremos para conceder a palavra aos próximos inscritos.

Obrigada.

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP) - Muito obrigada, Senadora Daniella, nossa Presidente.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar a Ministra, Senadora Simone Tebet, e dizer que eu sei da sua seriedade, de como S.Exa. quer que este País avance. Então, quero parabenizá-la.

O Paulo é um excelente Secretário, ele me ajudou muito aqui na consultoria orçamentária várias vezes.

Então, seja bem-vindo, Paulo.

Agradeço ao nosso Relator, o Deputado Danilo Forte, que sempre é preocupado com o Brasil e com essas medidas.

Então, eu confio no trabalho dos senhores.

Eu vou colocar aqui alguns pontos realmente de preocupação. Primeiro, quero dizer que eu gostei bastante desses projetos prioritários, em que a senhora traz essa previsibilidade, essa transparência tanto em relação ao prazo — eu acho





isso importante para acompanharmos —, como também em relação a dar mais transparência aos programas, porque hoje falta transparência, vem como a toda essa parte de revisão do gasto.

Então, sim, sei da seriedade dos senhores, sei que estão trabalhando, mas há alguns pontos que realmente me preocupam, e eu vou diretamente atacá-los, sem demérito dos avanços.

Há, na minha visão, nesse projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, dois pontos que são ruins e preocupantes. O primeiro é essa questão da retirada dos 5 bilhões de reais do cálculo da meta do déficit primário das estatais independentes.

Como todos aqui sabem, aprovamos no arcabouço fiscal, apesar de eu ter registrado o meu voto contrário até por essa razão, este Congresso aprovou, a proibição para retirar do cálculo várias questões de seguridade social e orçamento. Na verdade, a minha leitura em relação a isso é de que, dentro desse megaprojeto, estão usando as estatais, endividando as estatais, criando uma dívida que um dia vai ter que ser paga.

Esse é um ponto de preocupação sobre o qual eu queria saber da sua visão, como V.Exa. vê isso. Na verdade, isso é maquiagem resultado. Independentemente do objetivo, que é nobre e tal, na verdade nós estamos maquiando o resultado, retirando isso.

A outra questão que eu também acho muito ruim e um péssimo sinal é a que permite um aumento real de fundo partidário. Independentemente de concordar, de gostar, partidos políticos, sim, são instrumentos da democracia, mas estamos falando de aumento real. Antes, pelo teto de gasto, nós tínhamos a inflação corrigindo, agora há um aumento real. Não importa o resultado, vai ter aumento real para gasto de partido político. Isso para mim não é prioridade, e V.Exa. já falou dos programas que são prioritários.

Os interlocutores do Governo e o que é noticiado têm falado de um incremento de 150 bilhões para zerar o déficit do Orçamento no próximo ano. Muito se tem discutido em relação à reforma administrativa, que tem que cortar



gasto. A sua fala vai nesse sentido, que se gasta muito? V.Exa. fala de qualidade de gasto, e eu acho que é por aí mesmo, mas realmente temos que reduzir. Nós vemos o número de Ministérios aumentando, a coisa alargando e nenhum esforço no sentido de reduzir.

A minha pergunta é: o que o seu Ministério, de maneira efetiva, tem proposto dentro de uma linha do tempo? Eu entendo as questões para reduzir essas despesas. Eu também queria entender se há um foco no aumento da arrecadação sem se preocupar nenhum pouco com a redução de despesa. Independentemente de falar de qualidade de gasto, nós temos que falar também de redução, porque o cobertor é curto, não tem dinheiro para tudo, porque daqui a pouco voltamos para a contabilidade criativa e outras coisas mais. Eu queria saber se, dentro dessa melhoria do gasto público, vamos ver isso, de fato, na Lei Orçamentária Anual?

Em linhas gerais, são essas as minhas questões. São preocupações legítimas, principalmente em relação ao uso das estatais para endividamento. Na prática, nós temos que ler isso como um aumento de déficit de 7 bilhões para 12 bilhões. Eu acho que isso, a essa altura do campeonato, depois inclusive da PEC que foi aprovada para alargar esses gastos, vai fazer com que se comece a usar desses expedientes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Deputada, peço a V.Exa. que conclua.

**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP) - O meu microfone foi cortado.

Obrigada, Senadora.

Depois do que foi aprovado, a questão é utilizar desses expedientes para sempre arrumar dinheiro para gastar, sem se preocupar com contenção de gasto.

Eu quero saber, objetivamente, como fica a discussão da reforma administrativa nesse contexto todo, que também é uma parcela.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputada Adriana Ventura.



Tem a palavra o Deputado Gilson Daniel.

V.Exa. tem até 5 minutos para formular suas perguntas.

**O SR. GILSON DANIEL** (Bloco/PODE - ES) - Sra. Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, Relator Danilo Forte, Ministra Simone Tebet.

Ministra, quero parabenizar V.Exa. pelo seu trabalho à frente do Ministério, de forma especial o PPA Participativo, que esteve no meu Estado do Espírito Santo.

Eu fiquei feliz de ouvir que, durante a discussão do PPA Participativo, os efeitos climáticos estiveram sendo colocados como um tema relevante para o nosso País. Nós temos uma discussão forte aqui no Parlamento. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos de Desastres e tenho falado sempre aqui na Casa que os nossos orçamentos não têm tido previsão com relação à redução de riscos de desastres.

Só para vocês terem ideia, a média do que nós temos de orçamento para desastres é em torno de 379 milhões de reais, e o gasto do Ministério com essa rubrica orçamentária gira em torno de 1,2 bilhão de reais. Nós temos medidas provisórias o tempo todo para a pronta resposta a desastres, mas para prevenção, praticamente zero. O Orçamento deste ano só tem uma rubrica orçamentária criada para a prevenção de desastres, com recurso insignificante.

Essa é uma pauta que eu defendo aqui nesta Casa por ter sido Prefeito. Minha cidade passou por muitos desastres — o meu Estado também.

No nosso Orçamento, só para vocês terem uma ideia, em 2021 nós tivemos um crescimento de mais de 1.000% na rubrica orçamentária de desastres, porque nós só atuamos quando o desastre acontece, ou seja, só na pronta resposta.

Então, o meu maior questionamento, por ser municipalista, por ter sido Prefeito, é de que o Ministério precisa dar uma atenção a essa pauta para que não tenhamos que fazer alterações orçamentárias toda vez que acontece um desastre. Que tenhamos, primeiro, recursos para a prevenção de desastres nas rubricas



orçamentárias, a fim de passarmos a gastar menos com desastre. Se investirmos na prevenção, gastaremos menos na pronta resposta.

Nós temos a Medida Provisória nº 1.180, de 2023, que aloca 280 milhões de reais para responder a desastres que aconteceram em Alagoas, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Só fazemos essa alocação de recursos quando acontece um desastre.

O meu apelo como Parlamentar e defensor dessa causa aqui na Casa é para que tenhamos no PPA uma previsão dessa rubrica com recurso, que discutamos isso na LDO — está aqui o nosso Relator — e que possamos ter na LOA recursos já previstos para a execução dessa política, principalmente com relação à prevenção de desastres.

A minha colocação principal é esta, Ministra. Sei que já está em via de... Acho que vai entregar amanhã, já está fechado. Eu vou trabalhar fortemente aqui com os nossos Relatores a alteração orçamentária para que, a título de emendas, possamos alocar recursos. Nós vamos ter essas alterações orçamentárias durante o ano aqui. Recebemos o tempo todo medidas provisórias para uma coisa que sabemos que vai acontecer. Esta é uma pauta importante.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e, mais uma vez, parabenizá-la por ter ido a cada Estado do Brasil discutir o Plano Plurianual, que não é só para este Governo, é para 3 anos deste Governo e mais 1 ano do próximo Governo. Então, gostaria de parabenizá-la e de me colocar à disposição aqui na Casa para discutirmos os temas do Orçamento, mas, de forma especial o que se refere à redução de riscos de desastres.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Gilson Daniel.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (Bloco/PT - RS) - Obrigada, Senadora Daniella Ribeiro, a nossa Presidenta.



Ministra, Relator, colegas Deputados e assistentes, meus cumprimentos.

Ministra Simone Tebet, eu quero parabenizá-la por várias razões, mas uma razão é que o Brasil voltou a ter Ministério do Planejamento. Parecia que estava despercebido!

Senhores e senhoras, não havia, no Governo passado, Ministério do Planejamento! Como você vai pensar um país, se você não tem Ministério do Planejamento?

Então, essa é a primeira homenagem que eu quero prestar ao Governo do Presidente Lula, que propiciou o retorno do Ministério e colocou V.Exa. nessa função que tão bem desempenha.

O segundo aspecto é que a primeira medida do Temer depois que tiraram injustamente a Dilma... Agora, cada vez mais, o assunto das pedaladas fiscais está tão bem colocado que até o Judiciário já disse: *"Dilma, você não teve nenhuma responsabilidade pelas pedaladas fiscais!"*. Nós a afastamos. E eu falo "nós" porque, neste Congresso, nós a afastamos injustamente. Eu votei contra. Aliás, *(ininteligível)* pedidos de desculpas, um perdão por essa situação.

A primeira medida votada aqui foi o teto de gastos. Depois do golpe, a primeira medida foi votar o teto de gastos. O debate aqui era o seguinte: *"Se vocês botarem o teto de gastos, porque o PT só gasta, isso e aquilo, vai haver crescimento econômico e atração de investimentos do exterior"*. Essas foram as palavras mais importantes. Pois bem. Votou-se o teto de gastos. Nem a economia cresceu nem vieram os investimentos! Mas a economia deixou de investir na saúde, na educação, no enfrentamento do problema do clima e em tantas outras coisas, porque não havia recurso.

Este debate nós temos que fazer, porque desenvolvimento é ter o Estado indutor da política. E o setor empresarial ou a iniciativa privada vai investir quando enxergar que existe planejamento e que recursos públicos estão sendo alocados. O Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC — mais uma vez elogio a iniciativa do PAC —, trabalha contando com a participação da iniciativa privada e



da esfera pública, com várias modalidades que fazem esse desenvolvimento acontecer.

Eu quero fazer o debate desse tema do déficit zero. Eu não tenho a preocupação de ter, no primeiro ano, déficit zero. Nós tínhamos tantos déficits, e não houve investimento social. Com responsabilidade fiscal e social, nós podemos até ter um déficit, se a nossa economia voltar a crescer, se tirarmos o Brasil do Mapa da Fome, se crianças nas ruas não forem violentadas. Então, esse é o debate. Mas esse é um debate que ainda vamos fazer, e eu quero questionar exatamente esse aspecto, para que possamos pensar o Brasil, social e fiscalmente, com essas prioridades.

O quarto aspecto que quero levantar, do qual ainda não foi falado aqui hoje à tarde, é que a economia, com o juro alto do Banco Central, não vai crescer no Brasil como deveria crescer. Mesmo que houvesse a previsão de crescimento de 0,7% do PIB, considerando que vamos passar mais de 2%, o que já é um bom sinal dos avanços do nosso Governo e das políticas públicas que estão sendo desenvolvidas, ainda está aquém do que nós precisamos. E nós precisamos fazer esse debate do juro alto. É um compromisso deste Congresso também enfrentar o juro alto. O Presidente Lula tem reiteradamente criticado o juro alto, que está sendo trabalhado.

Quanto ao salário mínimo, sua resposta já foi satisfatória. Eu sempre sou defensor — sou o autor dessa lei, inclusive — que o salário mínimo é dinheiro na veia! O povo pobre vai gastar o salário mínimo na padaria, na loja, no mercado ou no açougue, vai comer melhor, vai comprar uma roupa melhor ou um tênis melhor. Então, isso volta à economia totalmente. O que não vem para a economia é o dinheiro dos *offshores*. É o dinheirinho dos super-ricos que está aplicado lá fora. Nenhum pobre do Brasil tem dinheiro lá fora, no exterior. É preciso ter 10 milhões de reais para ter dinheiro nos *offshores*, e só poucas pessoas têm esse dinheiro.

Ontem, na sessão da Câmara, eu disse que, depois que o Lula apresentou a proposta dos *offshores* e também do dinheiro aplicado no exterior, a Câmara e o



Congresso precisam ter coragem de dizer: "*Desta vez não vamos cobrar imposto só dos pobres*". O Lula já aumentou a faixa de isenção de Imposto de Renda, que era de 1.700 reais ou de 1.900 reais. Recebendo 1.900 reais, os assalariados pagaram Imposto de Renda por 7 anos, digamos, bem no tempo do golpe. Depois não foi mais reajustada a tabela do Imposto de Renda. Chegamos à faixa 2.640 reais para a isenção do Imposto de Renda e queremos ir a 5 mil reais! Esse é o debate. Mas os ricos têm que pagar, e nós temos esta oportunidade de fazer os ricos deste País pagarem. Isso não é roubar dos ricos, como alguns tentam dizer. Não, isso é fazer justiça tributária.

Por último, eu quero só dar minha opinião sobre a democracia. Na Constituição está claro: a democracia no Brasil se exerce representativamente — por isso há o Congresso e os Parlamentos — e diretamente.

Eu também quero parabenizá-la por essa questão, que o nosso Relator inclusive elogiou, da participação direta do povo conjugada com a nossa representação, com a representatividade. Então, as formas direta e representativa combinam, e isso está na Constituição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Fecharemos a primeira rodada de perguntas, passando a palavra para a Ministra Simone Tebet.

Tem a palavra o Deputado Alberto Mourão.

**O SR. ALBERTO MOURÃO** (Bloco/MDB - SP) - Inicialmente eu queria saudar a Ministra Simone Tebet, nossa Ministra.

Quero saudar o Paulo e a Presidente da nossa Comissão, a Senadora Daniella.

Da outra vez que você esteve aqui — eu posso falar "você" para ficarmos um pouco mais à vontade? —, eu fiquei muito feliz de ver sua preocupação em rever os gastos. Isso é fundamental. Eu acho que o Brasil está no automático há muitos anos. A máquina pública acostumou-se a pegar um carimbo (*ininteligível*). Neste exato momento, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte ou em qualquer



Estado, alguém está botando um carimbo no papel. Se você perguntar a ele o que ele está fazendo, verá que ele não sabe o que está fazendo! Na realidade, ele está fazendo aquilo há anos, até esperar o dia da sua aposentadoria.

Assim ocorre com os programas criados ao longo de anos. Alguns cumpriram o seu papel, para curar certa situação que existia na sociedade. Quando você cria um programa, ele tem um tempo para que possa ser executado, para curar aquilo. Depois você tem que mudar ou tem que rever aquele programa, porque ele não está fazendo efeito que você programou, mas ele continua sendo feito de uma forma que, na verdade, é um desperdício de recursos públicos.

Há um outro aspecto, Ministra, que me preocupa: essa história das mil e tantas obras paradas. É o fluxo de caixa. Um grande problema nosso é que quem paga atrasado paga mais. Essa é a realidade. Então, se, quando assinamos um convênio ou damos uma ordem para o início de uma obra, entre o momento da medição, o percurso da liquidação até chegar à programação financeira, passarem-se 4 a 5 meses, não deve estar na cabeça de ninguém que qualquer empresa que tenha ganhado a licitação... As grandes empresas podem até fazê-la, mas as pequenas não vão continuar com a obra, porque, na realidade, elas não têm capital de giro suficiente para tocar uma obra.

Portanto, quando começa a haver obra parada, isso ocorreu pela falta de esse percurso ser veloz o suficiente para que essa obra não pare, esperando que venha fluxo novamente. E o mais grave é que, quando ela para de vez, há prejuízo, porque, quando se alocam recursos materiais a uma obra, e ela paralisada, e se tira a segurança, começa a destruição da obra. Aí vemos conjuntos habitacionais sem telhado, sem metais, porque tudo o que pode ser desmontado é levado por todos os segmentos da sociedade. Então, na elaboração dos nossos projetos, temos que ter a percepção de que desperdiçamos recursos na execução orçamentária.

Além disso, cada Ministério tem que ter um controle interno muito profundo dessas pequenas despesas. Não podemos mais permitir que os Ministérios fiquem





gastando no automático. Sabemos que o limite é muito pequeno, porque 60% do Orçamento está comprometido com despesas previdenciárias e encargos e 14%, com outras despesas obrigatórias, num total de 74%. Quando começamos a juntar os 26% daquelas despesas sujeitas à programação financeira, ficamos preocupados com o que vai acontecer. A gordura, portanto, não é efetivamente grande. Eu peço à Sra. Ministra que explique, se possível, já que se perdeu na sua fala, o controle de fluxo — falou-se em 23 bilhões. A que se destina essa rubrica?

Ministra, finalizo dizendo que temos que ter equilíbrio fiscal. Com relação à questão do social, podemos até gastar mais e resolver os problemas sociais, mas, se não houver equilíbrio fiscal, temos certeza absoluta de que a inflação e a taxa de juros vão voltar. Aí, automaticamente, o pobre vai pagar mais, porque, na realidade, como o preço da mercadoria lá na ponta vai aumentar, o custo de vida dele vai aumentar, ele vai ter que gastar mais, e aquilo que foi dado a ele vai ser tirado indiretamente. O rico vai continuar bem, porque ele só come o mesmo prato de comida, mas, se tirarmos metade do prato do pobre, ele já está ganhando menos. Se o rico perder 10%, ele não perde nada. Então, nós precisamos ter percepção disso.

Vou ceder 50 segundos da minha fala, já para economizar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Com a palavra a Ministra Simone Tebet.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - O Secretário mais requisitado hoje indiretamente pelos senhores acaba de chegar: o Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Eu já vou convidá-lo para participar da Mesa.

Eu quero começar agradecendo as colocações e as provocações mais do que pertinentes da Deputada Adriana. Deixei de lado uma pergunta fundamental, a mais importante para mim, não é nem para o Deputado Danilo, a pergunta sobre as despesas condicionadas. Essa pergunta tem a ver com uma das perguntas da



Adriana e, de alguma forma, também tem a ver com a resposta que preciso dar ao Deputado Gilson.

Peço que exibam de novo o eslaide, só para que isso fique muito claro.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

E foi minha culpa, minha máxima culpa, a omissão de não explicar direito. O Deputado disse assim: *"Mas aí não vai ter transparência em relação... Como é que ficam essas despesas condicionadas?"* Eu acho que é o ponto central que nós vamos ter, talvez, de maior embate aqui na LDO. Eu vou só recapitular e vou dar a resposta de forma bem objetiva.

Se nós tirarmos os mínimos constitucionais, que agora voltam a precisar ser cumpridos, porque o teto de gastos, entre outras coisas, colocava a não necessidade de cumprir o teto, o piso constitucional da educação e da saúde... Então, nós continuamos investindo muito na educação, tanto que agora a reposição é mínima, mas, no caso dos investimentos com a saúde, nós tivemos que repor para o ano que vem, no Orçamento, mais de 40 bilhões de reais — só para a saúde —, para alcançar o piso da receita corrente líquida para a saúde, de 15%. Então, quando nós tiramos essas regras constitucionais e o piso de investimentos que nós, inclusive os senhores...

Eu votei, na PEC da Transição, um piso mínimo de investimentos. Foi na PEC da Transição ou foi no arcabouço? Já não me lembro mais. Foi no arcabouço. Então, eu não votei. Está na PEC da Transição, que eu mandei para a Casa, nós mandamos para a Casa.

Quando nós limpamos essas despesas... O que eu quero dizer é o seguinte: o que sobra do Orçamento? Sobram 55 bilhões de reais. Mas eu não tenho ainda esses 55 bilhões de reais. Nós só teremos esses 55 bilhões de reais se levarmos em consideração os 32 bilhões de reais como despesas condicionadas.

Aí vem a pergunta, correta, do Deputado, que eu não expliquei: *"Mas esperem aí. Como nós vamos aprovar aqui uma despesa condicionada a 32 bilhões?"* Ela vai vir carimbada — amanhã, os senhores vão ver — no que sobrou.



Vejam o que sobrou. Se eu não posso carimbar nada para a educação, nada para a saúde, nada para investimento, porque eu estou no piso, estou praticamente no piso de investimentos, pois vamos colocar acho que 6 bilhões de reais a mais do que o piso de investimento, nós vamos ter que fazer cortes em políticas públicas relevantes, como o Bolsa Família — não é que vamos cortar, ele só é carimbado, ele só está lá para uma reserva, vamos começar a execução em 1º de janeiro, garantindo o Bolsa Família — e até aquelas que tratam de desastres naturais, Deputado.

Digo isso tudo — à Adriana, mais uma vez, agradeço a pergunta — para mostrar o quanto é relevante nós nos debruçarmos sobre o assunto. Nós viremos quantas vezes forem necessárias para mostrar isso, senão os senhores e nós teremos uma difícil tarefa, que é verificar onde, porque, se não aprovarem, nós teremos que cortar dos 55 bilhões de reais 32 bilhões de reais de discricionárias, 58% de discricionárias, e nós não conseguiremos atender aos Prefeitos, aos Governadores, aos senhores, que trazem as demandas da sociedade civil e do setor produtivo.

E já dando um *spoiler* do Orçamento, Deputado, e não poderia deixar de ser assim, informo que nós procuramos — e o espaço fiscal não nos permitiu fazer mais do que isto — garantir pelo menos o orçamento do ano anterior para cada Ministério, o que significa que não vai haver condições de aumentar o espaço fiscal, o recurso, o orçamento de nenhuma ação que não seja educação, saúde, porque que eu tenho piso, investimento, em função da nova regra fiscal que foi aprovada pelo Congresso Nacional. Salvo engano, e me perdoem e me corrijam se eu estiver errada, para desastres naturais nós chegamos a colocar... Não. Em todas as ações, e não só em desastres, no Ministério da Integração, por conta dessas questões, colocamos algo na ordem de 1 bilhão de reais.

Agora, no caso de um desastre fora do normal, uma chuva, alguma coisa, uma avalanche, nós temos uma excepcionalidade. Em casos atípicos, que não estão dentro do radar, cabe crédito extraordinário — única e exclusivamente para



casos emergenciais como esses. Mas têm que ser muito além da média, senão nós temos que usar dinheiro do orçamento.

A Deputada Adriana fez uma pergunta com relação às estatais. Como nós estamos lançando o PAC, houve uma demanda específica da política brasileira em relação a uma grande obra quanto a uma estatal não dependente. Ela não é do Orçamento geral, ela é autossuficiente, ela tem gestão, especificamente em relação a esse — desculpem-me, mas eu sempre esqueço — túnel submerso entre Santos e Guarujá, orçado entre 1 bilhão e meio e 2 bilhões de reais, e algumas demandas vindas de Governadores, Prefeitos, etc., em relação à INFRAERO, a aeroportos, porque a INFRAERO ficou com uma parte só dos aeroportos. Então, nós fizemos as contas e daria 2 bilhões e alguma coisa ou 3 bilhões de reais. Nós colocamos um espaço só, e — repito — não acredito que vá haver condições de gastar nem essa metade. Isso só vale para este ano.

Por que nós não colocamos dentro da meta e negativamos mais a meta dessa estatal? Porque aí esse dinheiro entra no todo, e poderiam dizer: *"Bom, agora eu vou fazer graça com esse recurso"*.

Então, nós quisemos dar certa transparência e garantia. Nós vamos carimbar esse recurso específico, porque, inclusive, é uma forma até de não gastar todo ele. Essa foi uma saída que nós encontramos e agimos dentro desse ano atípico, que é o primeiro ano.

Em relação ao fundo partidário, está aqui. Normalmente, o aumento real não é assim. Quando há eleição municipal, ele vem na LDO como aumento real do fundo partidário. Essa é uma discussão da política, do Congresso Nacional, e nós estamos aqui para acatar a deliberação desta Comissão, da Câmara e do Senado. Então, ela é feita dentro do processo. Ele está me colocando valores aqui, que são próximos aos do ano passado. Essa não foi uma novidade, mas é uma discussão. Em 2019, foram 927 milhões de reais; em 2020, 959 milhões; em 2021, 979 milhões de novo; em 2022, 1 bilhão e 100 milhões, e agora, 1 bilhão e 185



milhões. Então, não está crescendo acima da média do que houve de crescimento.

Eu entendi a sua colocação. E isso é justo nesses anos, nesses 10 anos? Esse aumento é prioridade? Essa é uma decisão da política e dos Parlamentares. Nós não estamos inventando a roda nem aumentamos acima da média o que foi colocado nos outros anos.

Por fim, como o Deputado Bohn Gass, nessa generosidade que é típica dele, não me fez perguntas e me permite ainda terminar a resposta: vamos discutir taxa de juros? Acho importante esta Comissão trazer autoridades para discutir. A CMO fala de orçamento, fala de Brasil, fala de economia. Então, sugiro até que tragam outros Ministros, o Banco Central e outras autoridades para debater. E faço questão de estar à mesa, se for convidada para discutir esses juros reais, que, concordo com o senhor, são dos maiores do mundo. Isso se justificou por um tempo, hoje não se justifica mais. Hoje está realmente atravancando a economia e impedindo o Brasil de crescer de forma condizente. Já tinha até me manifestado sobre isso.

Mas só para terminar as colocações, a Deputada Adriana me perguntou sobre como anda essa esteira da despesa. Um déficit social aliado a um déficit fiscal nos gerou, obviamente, uma necessidade atípica este ano de não só incrementar a receita, como também fazer um novo arcabouço. Então, a esteira da receita está correndo a 120 quilômetros por hora.

A esteira do controle de gastos, uma vez que, neste momento, nós não estamos falando de corte, nós estamos falando de qualidade dos gastos, diante, repito, de um déficit social que veio muito forte... Nós só estamos falando de corte naquilo que é fraude e erro, mas estamos falando de qualidade de gastos, ou seja, tira-se daqui — não é nem para fazer superávit — para garantir mais dinheiro para fazer casa, para garantir mais dinheiro para a agricultura familiar, para o agronegócio, para investimentos, para a educação, para zerar a fila de exames, cirurgias e consultas do SUS.



Então, essa esteira é um pouco mais lenta, porque nós viemos, depois de 4 anos, com uma série de ações. Podem ser 4 anos. Não quero aqui fulanizar, eu estou falando dos números, estou falando basicamente por conta até da pandemia.

Nós viemos com uma paralisia de programas sociais muito importantes. Então, com um Brasil que voltou para o *Mapa da Fome*, cujo povo empobreceu, em que políticas públicas foram paralisadas durante um tempo, não dá para avançarmos o sinal, não dá para corrermos a 120 quilômetros por hora. Nós estamos nos preparando. Eu coloco o meu secretário à disposição para vir a hora que os senhores quiserem dar todas as informações. Os senhores vão ficar encantados com o trabalho do CMAP e da Secretaria de Avaliação de Políticas Públicas, mas — esse "mas" é com letras garrafais — eu preciso dizer que, quando nós também abrimos esses números com lupa, fora, por exemplo, a Previdência, onde se pode falar de fraude, fora um certo cadastro único que pode ter irregularidades no Bolsa Família, quando nós olhamos esse gasto, nós temos que dizer o seguinte — e digo isso aqui com o papel de Senadora que fui e acho que continuarei sendo —, senhoras e senhores, nós temos mais de 1.200 ações no Orçamento. O dinheiro está muito pulverizado. Então, é claro que nós colocamos — somos nós que colocamos, nós só estamos repetindo o Orçamento — o fruto de demandas vindas de Deputados, Ministros, Prefeitos e tudo o mais. Está na hora de revermos também tantas ações, para que o dinheiro seja concentrado e faça fatura onde precisa.

Essas são questões sobre as quais quando falamos na teoria, até que vai, mas, na hora em que estressamos os números...

Eu vou ficar só com um exemplo — eu bati nisso por 8 anos, e a Daniella é testemunha. Quando nós falamos do maior problema que nós temos em relação a gastos no Brasil, nós falamos de gastos tributários. Se nós incluirmos os gastos creditícios e financeiros, nós estamos renunciando a 600 bilhões de reais. Se nós ficarmos só com os gastos tributários, nós estamos renunciando a mais de 400



bilhões de reais. Só que aí há um grande parêntese que precisa ser feito: 23% desses gastos tributários é Super-SIMPLES. Nós não temos como mexer, porque sem o micro, o empreendedor individual, o médio, principalmente no setor do comércio, a economia não anda, ela não gira. Ali tem, como gasto tributário, o Bolsa Família. Alguém, em sã consciência, acha que isso é gasto no sentido de que precisa ser cortado?

Então, quando nós olhamos os gastos tributários, há muita coisa para cortar, mas nós temos que ter a consciência de que, quando nós falamos de 400 bilhões, quase metade disso tem que ser deixada de lado, e temos que avaliar aquilo que precisa ser bem feito. Agora, essa é uma tarefa que não é só do Executivo.

Nós podemos apresentar isso para os senhores. Eu já fui Senadora e sei como é a pressão, os *lobbies* legítimos das categorias que vêm pedir e demandam. É preciso ter pulso firme, coragem de ver a dificuldade do Brasil com o novo arcabouço que está aí exprimido e dizer: "*Nós vamos ter que escolher*". Administrar um País, um Estado ou Município não é realizar sonhos, é procurar executar, da melhor forma possível, através de escolhas, os sonhos possíveis.

Então, dentro desse critério, essa é uma tarefa de todos nós, e é por isso que eu peço inclusive socorro. Vamos juntos achar essa carteira necessária de qualidade de gastos, para que possamos colocar esse dinheiro nos lugares aonde verdadeiramente precisa chegar.

*(Manifestação no plenário: Investa no planejamento! Cadê o servidor no Orçamento?)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pela ordem, agora passamos a palavra...

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Eu posso?

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Pois não, pois não.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Na hora que eu terminar aqui, nós conversamos. Pode ser? *(Pausa.)*



**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada pela compreensão.

Passo a palavra agora para o próximo inscrito, Deputado Lindbergh Farias.

V.Exa. tem até 5 minutos para fazer seus questionamentos.

Logo após, no próximo bloco de perguntas, terão a palavra os Deputados Carlos Zarattini, Carlos Henrique Gaguim e Vicentinho Júnior.

Obrigada.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT - RJ) - Ministra, primeiro, queria cumprimentar V.Exa. Nós fomos Senadores juntos, mas eu quero cumprimentá-la pela seriedade, pela racionalidade, pela preocupação com a responsabilidade fiscal, mas pela preocupação com o crescimento econômico, com a responsabilidade social.

Quero cumprimentar a Presidente, Senadora Daniella Ribeiro, minha conterrânea. Eu sou Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, mas sou paraibano com muito orgulho.

Quero cumprimentar o Deputado Danilo Forte, Relator do LDO, e parabenizá-lo. Acho que o Deputado Danilo Forte tem dado declarações muito racionais sobre números. Não adianta pensar em números irrealistas: a credibilidade vem em cima do que dissermos: "*Vamos fazer isso e vamos cumprir isso*".

Todos aqui sabem, Deputado Bohn Gass, que no começo da discussão sobre o arcabouço eu me pus como um crítico, porque achava que apertaria muito o nosso orçamento. Fiquei como um crítico, na verdade, porque quero que este Governo dê certo, quero que o Brasil dê certo.

Deputado Danilo Forte, eu estava aqui elogiando-o pelas declarações, pela racionalidade. E, quando eu levantava aquelas questões sobre déficit primário zero, era porque isso não pode ser um ato de vontade.

Na verdade, quando se vê o relatório do Tesouro sobre as projeções fiscais do meio deste ano e de dezembro do ano passado, fica muito claro que estamos enfrentando uma queda da arrecadação este ano. Estava escrito: dezembro,





junho. É questão de ler. E, de forma muito clara, eles explicam por que está havendo uma queda da arrecadação. De 18,7% — fala o Tesouro aqui em queda para 18% —, está 17,9%, Deputado Danilo. E o Tesouro explica: *"é explicada por eventos não recorrentes, como receitas e dividendos da PETROBRAS, concessões decorrentes da privatização da ELETROBRAS ou arrecadações associadas a um ciclo favorável de commodities"*. Aí tem um *box* no qual eles explicam que 90 bilhões da questão do petróleo, distribuição de dividendos, não vão acontecer este ano.

Então nós temos um desafio. A questão não é dizer: *"Olha, vai ser isso"*. Nós temos que falar o que é real para a sociedade. O mercado diz que o déficit primário é de menos 0,75%. O mercado sempre apostou em menos 0,8%, menos 0,75%.

Eu hoje vi uma declaração do Felipe Salto, meu amigo, economista, Presidente da Instituição Fiscal Independente, na *GloboNews*, Senador Marcelo Castro, sempre Relator — ele trabalha em uma instituição financeira —, e perguntaram para ele: *"Quanto você acha que é o déficit?"* *"Minha instituição diz que é menos 0,9%"*. *"Mas por que você está dizendo que o Governo tem que manter zero?"* Ele disse: *"É porque o Governo tem outros mecanismos, porque se não cumprir ele tem que contingenciar"*. Aí eu discordo. Imaginem! Contingenciar quanto? Cinquenta e seis bilhões dessas despesas discricionárias? Separar um PAC, pessoal. Repito: separar um PAC!

Então, se o mercado acha que o déficit é menos 0,8% — e ele acha que é menos 0,8% —, por que nós, desta Comissão do Congresso, vamos apostar em uma meta impossível? Eu sei que nós vamos ter tempo para o debate. Amanhã vai estar lá, eu vi a posição do Ministro Fernando Haddad, da nossa Ministra Simone Tebet, mas nós temos que ir discutindo com a sociedade, porque o mercado vive mudando de meta. E por que nós aqui também, a partir de uma constatação de que a arrecadação está caindo, não podemos mexer nisso?



Agora eu vou entrar num tema mais espinhoso aqui. Este Congresso diz que temos que ser rígidos. Mas eu estou muito preocupado porque hoje vamos votar uma desoneração, e há gente falando em 30 bilhões de reais — 30 bilhões de reais. Isso é um estouro! Então, parece que o próprio Congresso, a Câmara, que votou o arcabouço semana passada, está dizendo: "*Não há mais arcabouço*". Parece que quem está decretando o fim dessa meta de resultado primário zero é o próprio Parlamento.

Eu queria chamar a atenção para isso. Não é pouca coisa. São 30 bilhões de reais! Na verdade, é um processo inconstitucional essa política de desoneração. Está proibida pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, Deputado Danilo. Então, veja a quantidade de desafios que nós temos. V.Exa. falou muito bem, Deputado Danilo, quando falou de crescimento econômico. Hoje saiu o resultado da economia norte-americana: desaceleração. Os números da China preocupam. Eu não estou satisfeito com a possibilidade de crescermos 1,3% no próximo ano. Isso é crise social. Esse não é o caminho.

Em 30 segundos, eu encerro, minha Presidente.

Então, esta Comissão vai ter que analisar todas essas variáveis, Relator Danilo Forte.

Portanto, eu acho que esse é o nosso papel daqui até o final do ano. E espero que consigamos acertar a mão para que o País cresça, para conciliarmos responsabilidade fiscal com responsabilidade social.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado Lindbergh Farias. Não lhe dei mais tempo para ninguém dizer que é só porque V.Exa. é paraibano. (*Risos.*)

Passo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (Bloco/PT - SP) - Boa tarde, Sra. Presidente, Sr. Relator.



Queria cumprimentar a Ministra Simone Tebet e parabenizá-la não só pela sua exposição, mas também pelo trabalho que já apresentou e já fez no Plano Plurianual, percorrendo o País, ouvindo as pessoas, os movimentos sociais e todo tipo de opinião, para construir um plano que, de fato, represente as metas que o nosso País vai cumprir ou procurar cumprir nos próximos 4 anos. Eu acho que isso é muito importante.

Mas eu queria dizer aqui que, de fato, nós vamos ter um desafio nesta Comissão, que é compatibilizar o Orçamento com essa meta fiscal, a meta fiscal de déficit zero. E esse desafio não vai ser só da Comissão Mista de Orçamento, mas de todo o Congresso Nacional, porque temos que tratar evidentemente também da justiça tributária. O Governo vai encaminhar para esta Casa projetos que buscam reduzir a injustiça tributária, pela qual 0,01% dos mais ricos deste País, ou seja, 20 mil pessoas, pagam a metade de Imposto de Renda percentualmente do que paga a classe média. Então, é uma disparidade total. Nós precisamos corrigir isso e, dessa forma, garantir a arrecadação, para que possamos cumprir o Orçamento.

Então, Ministra, parece-me que o desafio vai ser grande. Vamos debater muito. Vamos precisar de muitas informações, não só do seu Ministério, mas também da Receita Federal, para chegar a medidas que configurem essa justiça tributária.

Ao mesmo tempo, devemos tomar medidas aqui para fazer valer decisões da Justiça, que já estabeleceu a questão das isenções tributárias, e também do CARF, medidas que podem garantir a arrecadação e o cumprimento dessa que é a meta proposta pelo Governo. Logicamente, a partir desse resultado, desse debate, é que nós vamos fazer a avaliação efetiva da meta fiscal. Então, primeiro, gostaria de dizer isso.

Em segundo lugar, gostaria de debater com o meu companheiro e colega Relator. Quero dizer que o aumento do salário mínimo foi em maio — em maio. E esse aumento foi de 18 reais. Eu não posso imaginar que os Prefeitos façam



greve porque aumentou o salário mínimo em 18 reais. O problema é muito mais profundo. O problema é que existe uma redução da arrecadação causada pela redução da economia, por conta da taxa de juros absurda que o Banco Central mantém, em níveis estratosféricos. Vou repetir aquele chavão: o remédio, quando é demais, vira veneno. E o que nós estamos vendo é uma taxa de juros venenosa, que está levando o País à paralisia.

Portanto, eu quero dizer, Relator: não vamos culpar o salário mínimo que é pago a milhões de pessoas que ganham muito pouco neste País. Nós precisamos equilibrar a renda neste País. Nós precisamos garantir a melhoria do salário mínimo e, logicamente, nos preocupar também com as Prefeituras. De forma nenhuma nós temos que ser irresponsáveis. Mas vamos olhar para a economia como um todo. Vamos garantir o aumento da atividade econômica. Vamos garantir a dinamização da nossa economia nacional, para que o Brasil realmente garanta a justiça social e possamos avançar.

Então, quero agradecer. Vamos debater muito, Deputado Danilo.

Parabenizo mais uma vez a nossa Ministra.

Muito obrigado.

**O SR. DANILO FORTE** (Bloco/UNIÃO - CE) - Sr. Presidente, como eu fui citado e houve uma incompreensão pelo nobre amigo Deputado Carlos Zarattini...

Em nenhum momento, eu responsabilizei o salário mínimo pela questão dos Municípios. Mas nós estamos discutindo o Orçamento do ano que vem. No Orçamento do ano que vem, há um ganho real em cima do salário mínimo que é projetado para o ano que vem.

Eu defendo um salário mínimo que realmente seja o mínimo para dar sustento e dignidade às famílias. Inclusive, nós tivemos um problema no ano passado. Eu defendia o Bolsa Família, que naquela época se chamava Auxílio Brasil, de 600 reais, e V.Exas. eram contra renová-lo, atualizá-lo naquela época. Depois é que vieram atrás. Então, não é por aí que nós vamos fazer o debate. Vamos fazer o debate com seriedade.



O que eu fiz foram questionamentos para que a Ministra do Planejamento pudesse explicar como nós vamos fazer o enfrentamento. Eu não estou condicionando nenhuma situação atual com relação à crise atual. Eu estou discutindo como nós vamos construir o Orçamento de 2024, não é só a questão do salário mínimo. Há várias questões que precisam ser discutidas. Por exemplo, no Orçamento também tem que haver a previsão do que estavam falando ali: a questão dos servidores públicos federais. O aumento está em 1% só, e 1% não atualiza nem a inflação para o ano que vem. Eles têm razão também em querer aumento, os servidores públicos federais. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Boa tarde a todos e a todas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Relator, Deputado Danilo, Ministra Simone Tebet, Secretário Paulo e os demais da equipe.

Dando continuidade à nossa reunião, tem a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/UNIÃO - TO) - Sra. Ministra, Sr. Relator, Sr. Presidente, nobres colegas, vamos à questão das emendas de bancada. Esta Casa faz o PPA. Nós, em nossos Estados, andamos por todas as regiões — como eu faço no Tocantins, os demais fazem em outros Estados do Brasil. Fazemos o PPA, definimos prioridades. Essas prioridades, na Câmara, vão para as Comissões — Comissão de Educação, Comissão de Saúde e todas as demais. Nas Comissões, colocam-se as prioridades. Isso vem para a CMO. No ano passado, estava na CMO e fui Relator Setorial do MDR. Vêm as emendas de bancada e de Comissão. Votamos. Vai para o Relator-Geral, que pode acatar nossas emendas. Vai para o Plenário desta Casa, que vota. Já estamos no mês de setembro, e até agora não se fala em emendas de bancada aprovadas por todos os Parlamentares. Não se fala nada. Os Ministros estão aí. Ninguém sabe para onde vai, o que se vai fazer com essas emendas de bancada em áreas como saúde, educação, estradas.



Lá no Tocantins, eu, o Deputado Vicentinho e a Senadora Dorinha nem podemos mais falar em BR-010, em BR-235, para não apanhar da população. Todo ano nós apresentamos emendas — infelizmente não é de agora —, e o investimento é zero.

Eu gostaria — tenho certeza de que, com o Deputado Danilo, o nosso Relator, nós podemos tentar fazer isso — que até essas emendas do PAC fossem impositivas em alguma porcentagem. Digo isso porque fui o Relator para as emendas impositivas em 2015 nesta Casa, junto com o Deputado Danilo e o nosso querido Senador Marcelo Castro, que é o papa do Orçamento e nos ajudou a construir, assim como diversos outros Parlamentares, principalmente os dos Estados pequenos, um acordo para fazer uma divisão igualitária, para que se dividisse 1% da Receita Corrente Líquida para os Estados mais pobres, da mesma forma que para São Paulo e Rio. Eles tentaram nos pegar, mas nós não deixamos, porque, lá no Senado, o mesmo peso que têm Tocantins e Acre têm São Paulo e Rio. Aí nós conseguimos fazer essa divisão igualitária para todos os Estados. É nesse sentido que eu gostaria de pedir mais serenidade quanto às emendas de bancada. Senão, não vai adiantar nada ser indicado Relator Setorial. Se não houver obrigatoriedade, meta e prazo a serem cumpridos, de que vai adiantar eu ser de novo Relator Setorial? Os meus colegas falam: "*Não adiantou nada, Deputado Gaguim*". Não sou só eu que penso assim, outros Parlamentares também. Eu gostaria que fosse dada atenção a essa questão.

Queria pedir atenção também para o funcionário público. Quando eu fui Governador do Tocantins, tive a oportunidade de pagar um dos melhores salários do Brasil para os funcionários do Estado em diversas categorias. Tem que se colocar, sim. O funcionário público toca a máquina deste País com respeito e com carinho. Então, nós vamos votar com o funcionário público, que tanto ajuda este País. (*Palmas.*)

O Tocantins, em 2009 e em 2010, cresceu mais do que todos os Estados do Brasil. Nós crescemos 9,2% do PIB. Mato Grosso, que foi o segundo, cresceu



3,6% do PIB. Foram os funcionários públicos que ajudaram a construir, a fazer a máquina andar.

Deputado Danilo, estou com V.Exa. nesta Comissão, juntamente com o Deputado Vicentinho Júnior, a Senadora Dorinha, o Senador Irajá e o Senador Eduardo Gomes. Do Tocantins somos cinco, e vamos trabalhar unidos. Já estou em contato com os Relatores Setoriais, para, junto com a Presidente, fazermos um orçamento que possa realmente acontecer, não um Orçamento de faz de conta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Vicentinho Júnior. Logo após, vamos passar a palavra à Ministra, para as respostas.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (Bloco/PP - TO) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, dou as boas-vindas a nossa Ministra Simone Tebet. Eu fico encantado em vê-la. Depois de ouvir brevemente o Deputado Danilo, tenho certeza de que ele é a pessoa certa, no momento certo, para relatar a nossa importante LDO, com firmeza, conhecimento e um bom jogo de cintura dentro do Congresso Nacional.

Agora há pouco eu dizia ao Deputado Carlos Henrique Gaguim e ao pessoal do nosso do Tocantins que não basta a matéria ser meritória, nós temos também que encontrar ou que criar o momento apropriado para apreciá-la e votá-la.

Ministra, eu ouvi com atenção seus números. Acho que a senhora tem bastante conhecimento do tema. O que motiva esta minha fala, muito curta, muito sucinta, é apenas fazer uma pequena correção. A senhora disse que tem aproximadamente 1.200 ações orçamentárias a servir às descrições de destinações de emendas pelo Congresso Nacional, Senado e Câmara.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Ações totais?

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (Bloco/PP - TO) - Ações totais. Acho que é pouco. Acho que há muitos desencontros aí, num Brasil continental.



Como foi bem colocado pelo Deputado Gaguim — eu não pude estar presente na ocasião da sua ida ao Estado, Ministra, mas acompanhei o que foi tratado —, tomara que o debate vire, de fato, ações concretas para o Tocantins. O Tocantins, por estar no coração do Brasil, tem algumas necessidades, como a ponte entre Filadélfia e Carolina, no Maranhão; como a BR-235, para ligar o Estado do Tocantins ao Estado do Maranhão; como a finalização da Ponte de Xambioá, que, diga-se de passagem, o que tem até agora de recurso orçamentário é dotado única e exclusivamente pela bancada do Tocantins — precisa ser finalizada esta importante obra, que vai ligar o Tocantins ao Pará, e para isso é necessário que haja alocação de recursos por parte do Governo Federal. Nós também temos necessidade de um cinturão de ligação da BR-242, que vem desde o Estado da Bahia, passa pelo Tocantins e chega ao Estado do Mato Grosso, onde a Ilha do Bananal, ao invés de unir dois Estados importantes, Mato Grosso e Tocantins, nos separa por uma reserva ambiental. Aliás, consta que atrapalha as questões ambientais a confecção da travessia urbana da Ilha do Bananal.

Mas o que me preocupa, Ministra... Eu posso esperar. Eu espero, porque não sei falar sem olhar nos olhos. Eu espero o tempo necessário.

Preocupou-me um pouco ver, ontem, na Comissão de Minas e Energia, o Ministro Alexandre Silveira falar da dificuldade que teve para publicar o decreto da CFEM, o Decreto nº 11.659, de 2023, que, numa gestão criativa, é mais uma fonte de receita, como aqui foi bem colocado pelo Deputado Danilo Forte. Eu já tinha visto categorias em greve, outras tais, mas não Prefeito. Sexta-feira agora, tivemos uma reunião em Tocantins para tratar com os 139 Municípios do Estado. Se eles fossem empresas, se tivessem CNPJ, estariam fechando as portas e entregando as chaves, mas, como têm o dever constitucional de levar o mandato até o fim, estão seguindo, a duras penas.

Eu questionei seu colega Ministro Alexandre: por que a CFEM demorou tanto tempo? Até o momento, ele só havia criticado o Governo passado. Eu dizia: veja





que herança boa! Fui Relator da MP 1.133, que nos deu condição de realocar recursos da taxa CFEM para quase 2 mil Municípios. Isso foi aprovado em dezembro do ano passado e publicado sexta-feira passada. Ainda querem mais 2 meses para a frente. A Ministra Esther botou dificuldades técnicas, por isso eu peço a sua solidariedade, Ministra. Vem colocando dificuldades inclusive para uma agência importante, a ANM, que ajuda na arrecadação para o Governo Federal, mas hoje tem depreciados os seus quadros funcionais. Dois dias da arrecadação oficial dessa agência seriam suficientes para pagar a estruturação do seu quadro de funcionários técnicos. Mas o Governo Federal, na pessoa da Ministra Esther, que convença o Ministro Alexandre. Eu acho que a senhora também tem uma certa ascensão sobre isso e pode ajudar. Ora, se estamos com dificuldade de arrumar dinheiro por um lado, temos esse dinheiro por outro. Vamos fomentar a ANM! Vamos dar musculatura para uma agência importante. E vamos fazer com que a CFEM chegue a mais 2 mil Municípios brasileiros. Com diálogo, esse tipo de gestão criativa pode ser feito. Com a dificuldade que estamos vendo aí, ficam sugerindo que essa discussão seja feita na peça orçamentária, na LDO do ano que vem! Brasília está pedindo tempo para um Brasil que não tem tempo, esta é a verdade. Nós temos que encontrar soluções agora, soluções para ontem, senão a máquina vai parar. O tempo que o Brasil podia esperar de Brasília já passou faz algum tempo. Então, ações criativas, feitas com bom diálogo, com bom entendimento, simples conversas como esta são capazes de gerar alguma solução que amenize a situação na ponta, nos rincões, nas aldeias, nas comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, que é onde o brasileiro se encontra. Está na hora de pararmos um pouco de fazer reunião, e de fato trazermos algumas soluções de momento para um Brasil que precisa de soluções de momento.

A sugestão que eu trago hoje é esta: um diálogo para tratar da CFEM, de uma fonte de receita para os Municípios brasileiros que está à disposição e depende apenas de uma sentada da Ministra do Planejamento com a Ministra



Esther e com Ministro Alexandre Silveira. Isso vai ajudar a solucionar o problema de 5.670 Municípios brasileiros.

Um economista me contou que dinheiro não acaba, Ministra, dinheiro muda de mão, e às vezes, na gestão pública, muda de prioridade. Eu custo a entender, como aqui foi colocado, que o aumento de 18 reais no salário mínimo quebrou o Brasil. Prefiro acreditar que, com a alteração na prioridade das políticas públicas, o recurso não está chegando à ponta. Porque até o ano passado Prefeito não reclamava de receita vinda de Brasília, e de alguns dias para cá a coisa mudou um pouco. É preciso ver qual é a prioridade, para que de fato os recursos alocados em Brasília cheguem aos quatro cantos do nosso Brasil.

Era só isso, Ministra.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Eu acho que o segundo bloco mostrou quão complexo é o problema orçamentário e a situação que o Brasil vive. Eu vi aqui de tudo. Vi, num sistema binário, zero e um, zero e um, zero e um, ou seja, alguns cobrando, e corretamente, responsabilidade fiscal, no entendimento soberano de que cada Parlamentar tem uma posição específica sobre economia, cobrando contenção de gastos, controle de gastos, e outros dizendo que o espaço fiscal está curto e que nós estamos precisando de recursos para obras, ações, políticas públicas eficientes.

Eu gostaria só de abrir um parêntese sobre a situação geral, na condição de quem viveu um pouquinho muito este País nos últimos 30 anos.

Nós saímos de um déficit social imenso, aliado a um déficit fiscal. Aprovamos — fomos nós que aprovamos, eu e a maioria dos Parlamentares aqui — a PEC da Transição que, é verdade, colocou um espaço fiscal de 155 bilhões no orçamento brasileiro, quase metade dele para o Bolsa Família e outros programas sociais. Quando nós estressamos esses números, vemos que quase dois terços deles são para o social e que uma parte menor é para outras políticas públicas. Fomos nós que entregamos a este Governo — digo nós porque éramos Senadores... O Senador Marcelo Castro não foi o Relator da PEC da Transição? *(Pausa.)* Não, foi



o Senador Alexandre Silveira, O Senador Marcelo foi o autor. Então, nós Parlamentares apresentamos a este Governo, nós fizemos a escolha de políticas públicas, nós as colocamos no Orçamento, e carimbamos tudo isso através do Orçamento do ano passado — estou começando pelas colocações do Deputado Vicentinho. Quero deixar claro que este Governo está executando o Orçamento do ano passado. Se há algum problema, eu também tenho culpa nisso, porque eu estava dentro do Congresso Nacional. Digo isso para que se entendam as dificuldades e a complexidade atual. E o Orçamento está engessado, porque a PEC da Transição, que injetou 155 bilhões, já veio com destinação específica, fruto do entendimento daquela época do que era necessário e possível. E acho que tivemos a PEC da Transição necessária, que colocou recurso certo no local certo. Eu, particularmente, acho isso. É claro que depois surgiram demandas, que são demandas históricas.

Eu acompanho a questão da Agência Nacional de Mineração desde a época em que eu era Senadora. Nós não conseguimos, em 7 meses, com o Orçamento do ano passado e tendo um teto de gastos... Vamos lembrar que nós estamos sob a égide de um teto de gastos — estávamos, até 15 dias atrás — totalmente furado. Estávamos engessados. O que nos permitiu dar 9% de aumento para o servidor do ano passado para este ano foi a PEC da Transição, e agora, se não aprovássemos o arcabouço, teríamos que tirar 200 bilhões. Foi o Congresso Nacional que, corretamente, aprovou esse arcabouço — um pouco mais restritivo do que nós esperávamos. Digo isto para repor a ideia e poder avançar nas perguntas, mais do que pertinentes, de todos os Parlamentares.

O Deputado Lindbergh deu a resposta. Começa agora um trabalho, dentro do fórum competente, que é a Comissão Mista de Orçamento, de discussão democrática entre oposição e situação, se vamos ou não cumprir meta zero. E essa discussão vai se estender. Eu só preciso repetir que, no Orçamento brasileiro, no Ministério, é aquela questão do "cara, crachá": eu tenho que pedir à Fazenda receitas para cobrir despesas. Ele me apresentou as receitas à luz da



legislação vigente, receitas, muitas delas, já garantidas, outras ainda a serem garantidas. A única observação que eu faço a mais — duas ainda virão, e eu não posso aqui mencioná-las — é que, se uma ou outra não for aprovada pelo Congresso Nacional, o Ministro Haddad tem outras cartas na manga, mas, se muitas não forem aprovadas, estaremos diante de outro cenário. No cenário das variáveis de hoje, nós cumprimos meta zero. Se as variáveis se alterarem ao longo do semestre... Eu ouvi a fala do Deputado Danilo, a quem parabenizo: *"Olha, nós não temos pressa em aprovar a LDO, porque a LDO passou a ser peça orçamentária importante, como guarda-chuva, para atender demandas não só dos Parlamentares, mas do próprio Governo"*. Então, ter uma LDO muito bem debatida, discutida e votada lá para novembro é muito importante para nós, para vermos se todas as variáveis serão cumpridas, para vermos o que vamos fazer na alocação, à luz da análise do PLOA que está chegando em 2024, para termos um comparativo, Senador Marcelo, e vermos como vamos definir a questão orçamentária.

O Deputado Lindbergh Farias praticamente falou da meta fiscal, mas lembrou que o Congresso, que nós, a classe política que cobra responsabilidade fiscal muitas vezes busca um espaço orçamentário que não existe quando aprovamos projetos — esta é uma decisão dos senhores que tem que ser colocada na conta — que abrem mais despesas obrigatórias ou discricionárias para o Governo Federal. Então, essa decisão tem que ser tomada pelas senhoras e pelos senhores.

Sobre o que perguntou o Deputado Carlos Zarattini, eu respondi. Há variáveis. O CARF vai ser aprovado? Nós vamos aprovar as loterias e as *offshore*? Vamos taxar os super-ricos? Vamos aprovar duas medidas que ainda virão? Teremos dividendos ano que vem? Não teremos dividendos? Tudo isso tem que ser colocado, para que, de forma soberana, os senhores discutam a questão da meta fiscal.



Eu respondi parcialmente à colocação do Deputado Gaguim sobre as emendas. Repito: nós estamos trabalhando com o Orçamento aprovado pelo outro Governo e por nós. Ali, as emendas impositivas são as emendas individuais e as emendas de bancada. As emendas de Comissão deste ano são discricionárias, e lembro que nós temos um teto de gastos. Não se trata de querer ou não querer pagar, mas de definir o que é prioridade. E mesmo com as prioridades nós estamos tendo dificuldade, porque, repito, estamos diante de uma complexidade orçamentária e tributária muito grande. Estamos diante de uma regra fiscal que não se sustenta — agora foi que chegou o arcabouço —, e temos demandas sociais correntes, diárias, entre elas a que foi apresentada pelo Deputado Gaguim, referente às emendas de bancada, que não saem. Mas, repito: dentro do Orçamento, dentro da regra que nós temos, essas são despesas discricionárias. Nós temos uma demanda social muito grande, e estamos esticando esse cobertor da forma como podemos.

Eu anotei tudo, e o que não é só da minha alçada será entregue para a JEO e será entregue para o Ministro da Fazenda.

Por fim, só para complementar a resposta ao Deputado Vicentinho, que falou especificamente sobre a ANM e a CFEM, volto à questão do orçamento restritivo. Nós estamos engessados, e, até para discutir de que forma virão essas emendas de Comissão, nós dependemos dos 32 bilhões de despesas condicionadas. Se essas despesas condicionadas não forem aprovadas, teremos que retirar 32 bilhões de despesas consideradas discricionárias, e poderemos com isso arranhar inclusive emendas discricionárias — não as impositivas. Os senhores verão que nós vamos trazer o carimbo. Nós vamos ter que colocar no carimbo despesas condicionadas. Não há outro lugar. Nós buscamos tudo. Deixamos por fim o Bolsa Família, mas vamos carimbar uma parte do Bolsa Família. Digo isto só para que os senhores entendam as dificuldades que nós temos hoje.

Já estou encerrando. Sei que há mais uma só leva. Repito, porque alguns vão sair, que eu acho que este é o início de um bom diálogo que o Ministério do



Planejamento e Orçamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Gestão, a Casa Civil, a equipe econômica, de modo geral, começa a ter com a CMO. Este é o foro competente. Não pensem que não estamos levando em consideração todas as demandas e pedidos. Isso entra no nosso radar justamente para entendermos o sentimento da Casa, que é o sentimento popular, e assim possamos avaliar inclusive as possíveis alterações que se deem na LDO e na LOA, que vai ser entregue na sexta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Obrigado, Ministra.

Os próximos oradores são o Senador Marcelo Castro, o Deputado Cesar Souza, o Deputado Wilson Santiago e o Deputado Alencar Santana.

Com a palavra o Senador Marcelo Castro.

**O SR. MARCELO CASTRO** (MDB - PI) - Quero cumprimentar a todos e parabenizar a nossa Ministra, a Senadora Simone Tebet, que se manteve, como sempre, com o seu brilhantismo ímpar. E faço um cumprimento especial ao meu amigo Deputado Danilo Forte, competente e dedicado Parlamentar, que orgulha não só o povo do Ceará, mas o povo brasileiro.

Direi poucas palavras. Quando o Governo Lula assumiu seu primeiro mandato, Deputado Mauro Filho, o dólar estava próximo de 4 reais; quando ele saiu, no final do mandato, o dólar estava abaixo de 2 reais. Aquele foi um período de declínio do dólar. Vi que alguns estudos mostram que, quando o dólar está caindo, o país tem um crescimento sustentável; quando o dólar está subindo, o país tende à recessão. Em todas as previsões feitas pelos economistas quando o dólar está subindo, se dizem que o país vai crescer 3%, ele só cresce 2%; se dizem que vai crescer 2%, só cresce 1%; se dizem que vai crescer 1%, não cresce. O contrário ocorre quando o dólar está caindo. O que ocorre hoje? Há um excesso de poupança na China e nos Estados Unidos, em função da pandemia, e há uma constatação de que o dólar está superapreciado em relação a todas as moedas do mundo. Os economistas estão antevendo que haverá internacionalmente uma queda do dólar, diante de todas as moedas, entre elas o



real. Acresça-se a isso que o Brasil vai ter este ano um superávit da balança comercial que nunca houve igual, de 75 bilhões de dólares. Esses 75 bilhões de dólares que entrarão na nossa economia serão uma verdadeira enxurrada de dólares, e tudo isso levará a uma diminuição no valor do dólar. Conclusão: segundo os economistas — lembro que eu sou psiquiatra (*risos*) —, nós vamos ter uma queda progressiva do dólar, um aumento progressivo da bolsa, uma queda da inflação e um crescimento sustentável do Brasil.

Aí os críticos do Lula dizem: "*Esse Lula tem sorte*". Tem mesmo, porque, na primeira vez, foi o *boom* das *commodities* um dos grandes causadores do crescimento sustentável, e agora há esse quadro internacional, que se prevê que também ajudará. Mas nós estamos fazendo a nossa parte. Qual é a nossa parte? Garantir o superávit da balança comercial e o arcabouço fiscal.

Ministra, esse arcabouço foi um gol de placa. Quando o Governo Lula começou, qual era a posição do mercado, Deputado Mauro Filho? Foi feita uma pesquisa na Faria Lima, e 90% dos empresários disseram: "*Ah, vai haver inflação descontrolada, desequilíbrio fiscal, gastança desenfreada...*" O arcabouço fiscal acabou com tudo isso, de uma maneira muito mais inteligente, que não comprime os investimentos, como comprimia o teto de gastos. Nós vamos ter, em função da PEC da Transição, que nós aprovamos, um investimento razoável no País. Se crescer muito, vai crescer também o investimento. Se crescer pouco... Mas de qualquer forma vamos ter investimento.

Dito isso, digo, em tom de brincadeira, que goleiro e Presidente é melhor que tenham sorte. Parece que esse Lula tem sorte mesmo. (*Risos.*)

Para concluir, quero chamar a atenção do meu amigo Deputado Danilo Forte para a emenda que nós aprovamos no Senado. Deputado Danilo, o que ocorre? Aqui nós aprovamos, e isto estava correto sob o teto de gastos, que nós apuraríamos a inflação de julho a junho, porque, quando viesse a peça orçamentária em 31 de agosto, já saberíamos exatamente como calcular o Orçamento do ano que vem. Depois mudamos o período para janeiro a dezembro,



e depois voltamos para julho a junho. Só que este julho a junho, agora, desta vez, tem uma distorção. Que distorção é essa? A PEC Kamikaze — assim apelidada pelo Paulo Guedes —, que nós aprovamos em junho/julho do ano passado e que levou a uma queda abrupta da inflação, o que não é normal no Brasil. Nós tivemos 2 meses de deflação. Tivemos 3 meses de deflação — V.Exa. me corrige. Quando apuramos a inflação de julho a junho, o Brasil vai ter uma inflação este ano de 3%. A inflação deste ano é de 3%? Não. Vai ser de 5%, de 4,8%, de 4,9%. Então, se nós não aprovarmos o que aprovamos no Senado — está agora na mão de V.Exa. —, nós vamos perder um investimento porque estamos calculando erradamente, sem levar em consideração um fator episódico que não reflete a verdadeira inflação deste ano.

Contando com o espírito público e com a boa vontade de V.Exa., eu lhe faço o apelo, para incluirmos na LDO essa decisão, em favor do Brasil e dos investimentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - O Deputado Alencar Santana fez permuta com o Deputado Sergio Souza.

Com a palavra o Deputado Alencar Santana.

**O SR. ALENCAR SANTANA** (Bloco/PT - SP) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o Relator, os demais colegas, a Ministra Simone Tebet, a quem parabeno pela exposição de hoje e por todo o trabalho que realiza.

Agradeço ao nosso colega Sergio Souza a permuta.

Ministra, eu acho que a equação está fácil, muito fácil, se de fato colocarmos os pontos e agirmos para resolvê-los.

Primeiro, nós estamos num processo de reconstrução do País. É o *slogan* do Governo: *União e reconstrução*. E, no processo de união, o diálogo tem que ser feito com todo mundo nesta Casa. O Relator Danilo Forte, por exemplo, falou sobre os servidores, corretamente. Isso é importante. Ele tem o nosso apoio. Falou também de outros investimentos que são necessários.





Ministra, eu a parabenizo também pelo processo do PPA Participativo, por ouvir a sociedade, suas contribuições.

Mas por que eu digo que está fácil? Se o Relator e alguns outros colegas Deputados entendem que nós devemos garantir esse processo de reconstrução e investir em áreas que, infelizmente, perderam investimento nos últimos anos, como educação, cultura, saúde, PAC, os servidores, que ficaram ao longo desse tempo sem sua reposição salarial, isso significa que nós temos duas saídas muito lógicas. A primeira é aprovar algumas medidas que garantem o aumento da arrecadação do Governo. É preciso fazer com que as pessoas que devem contribuir de fato contribuam. Isso é simples, isso é lógico, Deputado Danilo Forte. Nós falávamos há pouco, e já tínhamos falado em outra ocasião, sobre o Piketty, que defende isso. V.Exa. disse que gosta da leitura dele, das ideias dele. Isso é muito lógico. Agora, se não fizermos isso para garantir o processo de reconstrução e os investimentos necessários, o que nós vamos ter que fazer? Alterar a meta fiscal. O Governo busca uma meta fiscal, uma responsabilidade fiscal e social, para dar ao País um sinal econômico de responsabilidade. Agora, se queremos também garantir os investimentos, é preciso aprovar, de maneira correta, as medidas que vão permitir essa reconstrução. Se isso não for feito, nós vamos ter que fazer um debate, de maneira tranquila e fraterna, sobre a meta. O Deputado Lindbergh também se manifestou nesse sentido.

Acho que a equação é muito lógica e muito simples. Nós só temos que decidir o que nós queremos. Eu quero a reconstrução do País. Eu quero que aqueles que devem contribuir sejam tributados. Assim nós vamos facilmente garantir a meta fiscal e os investimentos necessários. Basta a decisão deste Congresso.

Estamos à disposição para o debate. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Luciano Amaral. Bloco/PV - AL) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Sergio Souza tem a palavra.



**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/MDB - PR) - Cumprimento o Sr. Presidente, a Sra. Ministra Simone Tebet, o meu caro amigo Danilo Forte, Relator da LDO.

Deputado Danilo, eu assino embaixo do que disseram o Senador Marcelo e outros colegas. Conheço V.Exa. há alguns anos, desde quando V.Exa. pertencia ao meu partido, o MDB. Somos conhecedores da sua capacidade. Nós conhecemos o seu trabalho. Ninguém seria melhor para relatar esse importante projeto para o Brasil.

Não é diferente com V.Exa., Ministra Simone. Na sua fala, no dia a dia da sua atuação no Ministério, nós percebemos o quão preparada V.Exa. é, o foco que tem nas causas que defende, o conhecimento profundo que demonstra quando faz essa explanação sobre o PL de Diretrizes Orçamentárias, que não é simples. V.Exa. mesma nos diz que está vindo ao Parlamento um Orçamento com 800 páginas. Não temos nenhuma dúvida de que V.Exa. tem conhecimento detalhado de tudo que está acontecendo.

V.Exa. fala da importância da reforma tributária. Eu ouvi muitos colegas aqui falar da arrecadação. Nós acabamos de aprovar aqui na Câmara dos Deputados e já está no Senado a reforma tributária, com o intuito de cobrarmos menos impostos, mas de otimizarmos a arrecadação, porque sabemos do tamanho da sonegação e também sabemos do tamanho da discussão que tem isso no CARF. Aprovamos aqui também — acho que hoje se aprova no Senado — a Lei do CARF, para efetivarmos a arrecadação. Aprovamos a PEC do gasto, o arcabouço fiscal, uma série de ações para efetivar a arrecadação. Agora, há algo necessário e que nós precisamos debater neste Parlamento: a reforma administrativa. Precisamos avançar na reforma administrativa, porque não se trata só de buscarmos mais receita, também temos que ordenar as nossas despesas. O que os Prefeitos estão fazendo hoje, no Brasil inteiro, não é diferente no Estado do Paraná. Houve uma queda significativa das receitas, principalmente de ICM e de FPM. Estão dizendo que em alguns casos chega a 30% a queda no FPM em comparação com o mesmo mês do ano passado. Mas, se nós temos uma



projeção de crescimento de PIB de 2,3%, como disse o último *Boletim Focus*, como é que está caindo a arrecadação nas transferências constitucionais obrigatórias aos entes federados? Nós precisamos olhar isso com atenção. Eu acredito que V.Exa. deve estar sendo demandada pelos entes federados a dizer o que está acontecendo nas transferências constitucionais.

Agora, cara Senadora Daniella, com algo eu concordo. Concordo com todos que disseram que o juro é caro. Acho que talvez esse seja hoje um dos grandes cânceres do nosso País. O juro é caro não só para o cidadão brasileiro, não só para os investimentos, mas também para o Estado brasileiro. Eu deixo a minha única pergunta a V.Exa.: qual é o valor da dívida brasileira e quanto é que nós vamos colocar dentro do Orçamento para rolagem da dívida e para pagamento dos juros da dívida? Nós sabemos que grande parte, que quase a totalidade disso é fixado na SELIC, de treze e pouco. Quanto isso ocupa do Orçamento? Imagine se nós não tivéssemos estabelecido lá atrás o teto de gastos! Se nós não tivéssemos aprovado, Deputado Mauro, o teto de gastos lá atrás, qual seria o tamanho da nossa dívida hoje? Quanto ocuparíamos a mais no Orçamento para pagar essa dívida? Será que ter déficit é algo prudente? Será que no futuro não vai custar mais caro ao contribuinte brasileiro o déficit gerado? Eu sei das dificuldades, pelo tamanho das propostas e programas de governo que foram sabatinadas nas urnas e foram vencedoras. O Estado brasileiro precisa disso.

Para concluir, cara Ministra e Sra. Presidente, faço um apelo: nós precisamos refazer a reforma administrativa e dar dignidade a todos os servidores, valorizar o País... (*Apupos.*)

Quero concluir a minha fala, Sra. Presidente.

A reforma administrativa não quer dizer menos direitos aos servidores, que estão aqui se manifestando. Ela pode até mesmo significar salários maiores...

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Vou pedir a gentileza de todos, para que Deputado possa concluir a sua fala.



**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/MDB - PR) - A reforma administrativa pode garantir salários maiores, mais justos, pode garantir previdência, ela pode garantir um Estado maior, inclusive, em favor da sociedade brasileira. Talvez alguns pontos já não tenham mais função dentro do Estado e a iniciativa privada possa assumir, como está fazendo no Estado do Paraná, onde vão concessionar mais de 3 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais. O povo paranaense é que vai pagar para trafegar, e não será mais o Estado a cuidar da manutenção das estradas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Obrigada, Deputado.

Falará agora o Deputado Wilson Santiago. Logo depois, o Deputado Mauro Benevides Filho.

Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Deputado Wilson Santiago.

**O SR. WILSON SANTIAGO** (Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Presidente Daniella, Sra. Ministra Simone, Sr. Relator Danilo Forte e demais integrantes da Comissão, de fato o momento é preocupante, por tudo que foi relatado aqui hoje e em todos os outros dias, nesta Comissão e fora dela.

A arrecadação caiu, ou está caindo, pelos motivos que todos nós já conhecemos. Isso leva a uma preocupação muito grande com a execução orçamentária deste ano e também do próximo ano. Nós precisamos priorizar o Orçamento e levar em conta aquilo que de fato é prioridade. Esses programas sociais são prioritários, o apoio ao pequeno e ao médio produtor também, à microempresa e à pequena empresa, o reajuste do salário mínimo... Enfim, de muitas prioridades ninguém pode abrir mão, mas nós precisamos, Ministra, ter certos cuidados.

Uma interrogação muito grande, que precisamos esclarecer muito melhor para a sociedade brasileira, é esse excesso de juro da dívida. (*Palmas.*) Nós pagamos 40% da dívida do Brasil... da arrecadação brasileira, com juro da dívida



interna. Isso é um verdadeiro absurdo! Nós temos, sim, que ter um certo cuidado com aumento de SELIC. Tudo isso é aumento de dívida e tudo isso sacrifica todos os setores produtivos, especificamente aqueles que precisam do apoio do Governo. Então, temos muitos pontos a discutir.

Eu sei que o dia de hoje já está esgotado para todos, mas nós iremos, ao longo dos futuros dias, discutir muito esses assuntos, especificamente esse ponto do juro da dívida no Brasil, porque, desta forma como ele está, não vai ficar um tostão para nada, tudo vai para pagamento de juros de dívida. Ninguém pode concordar com isso aqui no Brasil. Resultado disso é excesso de juro. Quem paga a conta dessa SELIC lá em cima, com certeza, é o menor, é o setor produtivo, é aquele que precisa do apoio do Governo. Sofre todo mundo, e, por sofrer todo mundo, todos nós pagamos a conta.

Era só isso, Sra. Ministra.

Parabenizo V.Exa. pela exposição do dia de hoje. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho.

**O SR. MAURO BENEVIDES FILHO** (Bloco/PDT - CE) - Sra. Presidente, muito obrigado pela deferência.

Ministra Simone Tebet, esta Casa, como V.Exa. deve ter percebido, sempre lhe tem a maior atenção e sabe do seu envolvimento. Todas essas colocações são muito justas. É com isso que eu queria iniciar minhas palavras. E os colegas que a acompanham, que a auxiliam, como Paulo Bijos e Sérgio Firpo, com certeza vão aprimorar ainda mais o conhecimento que V.Exa. já demonstrou.

Eu tenho que cumprimentar meu colega de bancada, Presidente Daniella. Quando eu era pequeno, eu ouvia falar no Deputado Danilo Forte, que já era uma liderança lá do nosso Município, do nosso Estado.

Eu percebi aqui todo mundo preocupado com a despesa primária. Aqui só se fala em 5 bilhões, no problema que vai ser aumentar de 7 para 12... O Congresso Nacional não tem coragem de imputar regra para a despesa financeira. (*Palmas.*)



Para a despesa primária temos a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, a regra de ouro, mas o Congresso Nacional está proibido pelo sistema financeiro de aplicar qualquer regra que possa pelo menos dar outro balizamento à despesa financeira. E, obviamente, não só a Ministra Simone, mas também o Ministério da Fazenda têm que entrar nessa discussão, senão nós vamos fazer um esforço enorme para alcançar resultado primário zero e vamos ter 600 bilhões de juros. Isso não altera em nada a condição brasileira! Vamos continuar drenando 50%, 51% do nosso Orçamento. Isso é despesa financeira, não é despesa primária. Nos Estados Unidos, país mais capitalista do mundo, cuja dívida é financiada pela poupança internacional — gente de fora investe lá, em títulos da dívida pública —, a dívida tem teto. Aqui no Brasil, se alguém falar em teto da dívida, Ave Maria, vão dizer que é calote, que vai dar confusão, que não sei quê.

O que eu estou ponderando é que o Congresso dê transparência a esse pagamento da dívida, ou nós não vamos chegar a lugar nenhum, porque 1% de resultado primário são 100 bilhões, e 100 bilhões não pagam 600 bilhões. Será possível que não dá para fazer uma conta simples para compreender a situação macroeconômica brasileira?

Estas reflexões, obviamente, extrapolam a questão orçamentária, Ministra Simone. Aliás, eu tive o privilégio de ser recebido por V.Exa. para poder compreender essa essência toda.

E mais, Deputado Zarattini, nunca neste modelo em que o Brasil ainda insiste, erroneamente — Deputado Danilo Forte, V.Exa. tem uma clarividência extraordinária —, nunca existiu no Brasil nenhum resultado primário positivo que pagasse o juro da dívida. Basta olhar esses anos todos para ver que há alguma coisa errada.

Hoje, o Congresso Nacional está proibido de pedir informação ao Banco Central. Isso está vetado pela lei da independência do Banco Central. Nós vamos ficar parados? Só mais 5 bilhões de reais para lá, mais 3 bilhões de reais para cá,



e 700 bilhões de reais para o sistema financeiro? É preciso refletir sobre o que devemos fazer, senão vamos ficar patinando, a Ministra Simone trabalhando para encontrar as fontes de receita... Esse dinheiro está indo para lá, dos fundos exclusivos, cujo saldo é de 756 bilhões de reais, para 2.489 pessoas... A média de aplicação, por pessoa, é de 303 milhões de reais! Estamos falando do *top do top*, e hoje nem incidência tributária há, nem no come cotas, como há para os outros fundos. Nele não há!

Acho que o Congresso perde muito tempo discutindo só despesa primária, primária, primária... Que bom ter o Ministério do Planejamento de volta! A senhora está dando uma contribuição. A avaliação de políticas públicas, que já foi muito falada aqui, com certeza é fundamental. A senhora vai marcar um tento para o nosso País, marcar um tento muito importante.

Agora, ou vamos discutir a essência, ou o Congresso Nacional vai continuar escravo do sistema financeiro. Ninguém tem coragem de colocar alguma regra para o sistema financeiro nacional.

Agradeço a deferência.

Parabéns, Ministra, pelo trabalho que vem fazendo. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Ministra Simone Tebet, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - Obrigada.

Eu quero começar agradecendo a oportunidade e a forma generosa, carinhosa, educada, cortês com que sempre sou recebida nesta Casa, em especial nesta Comissão.

O debate foi enriquecedor. Muito mais do que entregar informações, eu levo para a equipe econômica do Governo Federal todas as demandas, todas as preocupações, legítimas, das senhoras e senhores. E quero dizer que eu acho que o mérito todo é da Senadora Daniella, que organizou muito bem a ordem dos Parlamentares. Ela foi encaixando Senadores e Deputados e formou três blocos muito distintos e muito organizados. Puxou a fila o Deputado Sergio, depois



passou o Deputado Wilson, e finalmente o Deputado Mauro, que abordou um tema que ainda não tinha sido tratado, as despesas financeiras, a amortização, os juros da dívida, e tudo mais.

Estou com os números aqui, com todas as vírgulas. Mas eu não posso passar isto agora, porque está sendo revisado neste momento o Orçamento, para que seja encaminhado amanhã — aqui estamos discutindo a LDO, e é claro que os senhores conhecem os grandes números. Nós temos em despesas financeiras algo em torno de 2 trilhões e 700 bilhões de reais. Mas, enfim, o que é dívida pública, o que é juro, o que é amortização, o que é refinanciamento, isso eu tenho que entregar amanhã, oficialmente, ao Presidente do Congresso. Então, peço desculpas. Mas nós temos tempo discutir, em qualquer momento, e especialmente com o Ministro da Fazenda, esse tema, que é muito mais da Fazenda. Mas eu faço questão, se for preciso, de estar aqui.

Com tudo isso, quero reforçar duas coisas. Praticamente não houve perguntas, houve colocações, demandas e apelos no último bloco. Encerro dizendo que eu não poderia ser mais feliz no apelo às emendas condicionadas do que foi o meu amigo psiquiatra, que, portanto, entende melhor do que ninguém todos nós, o Senador Marcelo Castro, no seu pedido ao Relator.

De forma muito contundente, quero dizer que estou muito preocupada. Sem as despesas condicionadas, nós estamos falando de cortes em projetos sociais que estão caminhando. Eu vou trazer isso carimbado. Não posso dizer que tudo, mas até parcela do Bolsa Família está carimbada como despesa condicionada. Não estou falando de corte, estou falando de carimbos. Eu não posso carimbar saúde, e eu não posso carimbar educação como condicionada, porque já estou no piso. Praticamente não posso carimbar investimento, porque estou gastando um pouquinho a mais do que o piso que nós colocamos. Então, vem carimbado em 32 bilhões de reais a essência da essência de políticas públicas. Por isso faço um apelo, corroborado inclusive...

**O SR. MAURO BENEVIDES FILHO** (Bloco/PDT - CE) - E foi acordado isso.





**A SRA. MINISTRA SIMONE TEBET** - ...pela fala do Deputado Mauro, que foi um grande defensor do projeto.

Entendo o posicionamento da Câmara e repito o que eu disse no final: não quiseram colocar isso no arcabouço para não ficar perene, permanente, mas, pelo menos nesta LDO, pelas razões expostas pelo Senador Marcelo, é fundamental. A LDO do ano que vem terá outro cenário, o Orçamento se dará em cima de uma previsão de IPC-A muito diferente do primeiro semestre e do segundo semestre deste ano. Este é um apelo que eu faço.

Deputado Sergio, meu querido amigo e companheiro de partido, eu fico muito confortável de ouvir todos os lados, aqueles que olham mais para a responsabilidade fiscal, aqueles que se preocupam mais com compromisso social. E lembro que quem está preocupado com o fiscal está também de olho no social. Como eu sou uma pessoa de centro, para mim o tamanho do Estado não é o tamanho máximo nem é o tamanho mínimo, é o tamanho necessário para atender o povo brasileiro, para colocar comida na mesa do povo, para construir casas populares, para garantir renda, para garantir os investimentos necessários, mas com critérios, sim, com cuidado com as contas públicas, com cuidado com o dinheiro público.

Eu quero acrescentar um ponto à fala do Deputado Wilson sobre o quanto os senhores foram decisivos inclusive para a diminuição da taxa de juros de médio e longo prazo, taxas estas que financiam a rolagem da dívida pública e as nossas políticas públicas. Mas, a cada passo que a Câmara dava, Deputado Sergio, Deputado Zarattini, e Deputado Vice-Presidente, que ficou ao meu lado aqui, a cada passo do arcabouço, diminuía em 0,5 a taxa de juros de médio e longo prazo, que, repito, é a taxa de juros que nós do Governo Federal buscamos para financiar políticas públicas e rolar a dívida. Então, só com o arcabouço, esta medida tão importante para o Brasil, que mostra que este Governo tem responsabilidade fiscal, sim, mas que seu foco é o social, e porque seu foco é o social se preocupa com as contas públicas, só com o arcabouço nós diminuimos a



taxa de juros de longo prazo em 2%. Isso não é pouca coisa. Eu tenho aqui os números dos juros, dos encargos, da amortização e do refinanciamento. Vou deixá-los à disposição a partir de amanhã. Não posso deixar hoje porque pode haver alguma vírgula... Cada vírgula destas significa 100 milhões, às vezes 1 bilhão. Então, vou esperar a checagem final.

O Orçamento só vai chegar amanhã, às 16 horas. Eu perguntei à SOF: *"É possível entregar às 14 horas?"* *"Não. Às 15h30min estará na sua mão, Ministra."* Por quê? Porque, com todo esse novo regramento fiscal no Brasil, eles tiveram que ficar parados, nessa espera que a política, democraticamente, nos impõe.

Sobre reforma administrativa, tamanho de Estado, quero deixar muito claro que esse é um debate que vai ser feito no momento oportuno. Eu, particularmente, tenho a visão de quem deu aula de direito administrativo no Brasil durante 12 anos. Entendo que os verdadeiros problemas do Brasil se resolverão numa reforma que não é necessariamente a reforma aprovada pela Câmara. Acho que nós precisamos melhorá-la, aperfeiçoá-la. Acho que o próprio Presidente Lira tem o conhecimento de que nós precisamos colocar o mundo digital nessa reforma administrativa, o quanto o mundo digital pode colaborar nesse processo. Agora, posso falar como uma pessoa que começou a vida como servidora pública. Fui servidora pública por 6 anos no meu Estado, antes de ter 22 anos de mandato e antes de estar como Ministra. Vejam a idade que eu tenho... Não é que eu tenha muita idade, não. Eu entrei na faculdade com 16 anos e comecei a dar aula com 21. Comecei a trabalhar exatamente aos 21 anos, no serviço público.

Fernando Henrique já fez a reforma administrativa que trata da estabilidade do servidor público. Acho que a verdadeira reforma que temos que fazer é uma reforma mais ampla do Estado brasileiro. Temos que olhar para a qualidade, mas levando em conta aqueles considerados privilégios, que precisamos enfrentar. E temos que fazer isso a partir de uma conversa sincera com o povo brasileiro. É possível cortar, sim. Sabemos que é possível. Mas, neste momento, eu, que sou tida como liberal na economia e que venho pedir espaço fiscal — o mundo está



virado mesmo, porque eu venho pedir abertura de espaço fiscal —, quero dizer que tenho uma nítida compreensão. Hoje eu disse ao Presidente Lula: "*Presidente, muito obrigada. O senhor me deu uma oportunidade que poucos brasileiros tiveram*". Em menos de 1 ano, eu rodei duas vezes o Brasil, não rodei uma vez só, e como candidata com banquinho e microfone, porque eu era o pato manco da história, era o café com leite, então eu não tinha lugar. Coloquei lá na Avenida Paulista um banquinho, peguei o megafone e fui falar para a população de São Paulo. Agora, com a caneta na mão, estou ouvindo a população sobre o PPA mais participativo e moderno da história do Brasil.

Eu acompanho política há muito tempo. Não estou aqui para falar de Governo passado, nem de Governo atual. Eu faço isso fora do Congresso Nacional. Lá fora eu falo mesmo. Aqui, em respeito, eu não vou falar. Vou falar aqui de uma pandemia. A pandemia, seja no mundo, seja no Brasil, causou um estrago econômico, social e mesmo político — vejam os extremismos chegando de ambos os lados à política mundial — que é incalculável. Eu visitei este Brasil como candidata. Eu já tinha visitado este Brasil antes, como Senadora, por 8 anos. Não é fácil, depois de ter visto na minha juventude pessoas buscarem um tomate podre na lata de lixo, na década de 90, voltar agora a ver que, por ene razões, o Brasil voltou para o *Mapa da Fome*. Não é fácil ver que o Brasil, que alimenta o mundo porque produz grãos, tem crianças subnutridas.

Então, diante desse cenário, é necessário entendermos que, para cobrirmos esse déficit social elementar, nós temos que ter a grandeza de alargarmos um pouco os horizontes. Precisamos tirar a nossa miopia — ou colocar um óculos ou colocar uma lupa — para enxergarmos esses números e abriremos um espaço na área social para minimamente darmos o conforto a quem mais precisa. É diante desse cenário que eu me apresento como Ministra do Presidente Lula, pedindo às senhoras e aos senhores um tempo maior na LDO para construirmos isso juntos.

Eu estou muito feliz, Relator. Quero agradecer-lhe de público, Deputado Danilo, porque não há uma vez que a nossa equipe ligue e que você — vou até



chamá-lo de você — não se disponha, em nome desta Comissão, a nos ouvir. Eu sei que esta é uma Casa plural. E, nesta legislatura, ela deu a demonstração de que, quando o que está em jogo é o interesse do País, não há oposição, não há situação. Votou-se o arcabouço fiscal do Governo do Presidente Lula mesmo sendo oposição. Votou-se a reforma tributária mesmo sendo oposição, porque a reforma tributária é de todos nós.

Então, vai aqui o meu agradecimento às senhoras e aos senhores, o meu agradecimento à Senadora Daniella Ribeiro por ter escolhido o Deputado Danilo Forte como o nosso Relator, até porque, como já foi do MDB, ele tem uma fatura comigo, que eu preciso cobrar. Tenho uma nota promissória assinada por ele. *(Risos.)*

É uma brincadeira muito grande de quem já foi colega partidária, mas de quem está aberta ao diálogo em nome de cada um de vocês.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. DANILO FORTE** (Bloco/UNIÃO - CE) - A bem da verdade, eu preciso fazer uma retificação e um agradecimento. Agradeço a presença da Ministra e de todos os colegas que participam da Comissão. A retificação é que o Mauro Filho foi meu professor num colégio cearense. Ela inverteu a ordem dos fatores.

Ministra, ele era o meu professor de francês num colégio cearense. *(Risos.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Daniella Ribeiro. PSD - PB) - Agradeço o comparecimento, nesta reunião tão importante, à Ministra Simone Tebet, ao Secretário de Orçamento Federal Paulo Roberto Bijos, a toda a sua equipe, ao Secretário Sergio Firpo, à equipe técnica, bem como a todos os Senadores e as Senadoras, os Deputados e as Deputadas, à imprensa e a todos os servidores desta Casa.

Obrigada.

A reunião está encerrada.